



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº ESPECIAL VI

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SENHOR
DIGNÍSSIMO SECRETÁRIO DE
ESTADO DA FAZENDA
REALIZADA EM
11 DE JUNHO DE 2003**
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Reni Pereira.

Às dez horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen, Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a Sessão Ordinária Especial, e atendendo o que determina os Artigos 98 e 99 do Regimento Interno, informa que a presente Sessão será transformada em Comissão Geral para Audiência Pública do Sr. Heron Arzua, digníssimo secretário de Estado da Fazenda, que irá prestar contas sobre a situação do Estado, conforme determina a Lei Federal Complementar nº 101 e 2000, referente ao primeiro quadrimestre.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Ordinária.

Atendendo ao que determinam os artigos 98 e 99 do Regimento, a presente Sessão será transformada em Comissão Geral para audiência pública do senhor secretário da Fazenda, Heron Arzua, que irá prestar contas sobre a situação do Estado, conforme determina a Lei Federal Complementar 101/2000 - referente ao primeiro quadrimestre. Quero informar aos senhores parlamentares que toda a documentação foi enviada dentro do

prazo legal. Nós estabelecemos a data de hoje para o comparecimento do Exmo. senhor secretário.

Dando encaminhamento à Sessão, concedemos a palavra ao senhor secretário Heron Arzua.

O SR. HERON ARZUA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras.

Primeiramente quero trazer saudação do governador Roberto Requião que gostaria de estar presente nesta Sessão de hoje, mas em função de compromissos em Brasília anteriormente assumidos, não pôde estar aqui. Penso que ele, melhor representaria o Governo, do que o secretário da Fazenda e os técnicos.

Trouxemos os técnicos das Secretarias da Fazenda e Planejamento que são os mesmos do Governo anterior. Os técnicos são os mesmos, os que elaboraram as planilhas com os números que nós vamos apresentar, são os mesmos. As interpretações, evidentemente, podem variar.

Fazendo um breve resumo, antes que nós tenhamos a presença de uma tela aqui para expor os números, apenas lembrar as medidas iniciais que nós tomamos, quando assumimos o Governo.

Primeira delas: uma moratória para verificar a situação financeira e fiscal do Estado. Isso não é novidade. O governador já fizera isso no governo anterior, em 1991. Quando assumimos, fizemos uma moratória por noventa dias. Na época, sucedíamos o governador Álvaro Dias, que então era do mesmo Partido.

Era uma seqüência do PMDB, quer dizer, não houve nessa medida da moratória qualquer novidade em relação ao que nós já pensávamos. Isso nos deu tempo suficiente para verificar a situação do Estado, que não é segredo para ninguém, não é diferente das demais federadas brasileiras, não é uma situação confortável. Não é só o Paraná. Todos os Estados têm uma situação financeira e fiscal muito difícil. Tenho participado do Confaz, que é o órgão que congrega os secretários da Fazenda dos Estados, do Distrito Federal e tenho verificado as dificuldades que todos enfrentam nessas novas administrações, fruto inclusive das dificuldades econômicas que o país atravessa.

Quando nós assumimos, tivemos informações do Ministério da Fazenda, que se não houvesse uma política fiscal muito rigorosa, a inflação deste ano iria sair do controle. Na primeira reunião que tivemos com a equipe do Ministério da Fazenda, a notícia que nos deram é que poderia a inflação chegar a 30%, se o governo federal não resolvesse optar por alguns apertos, que afinal de contas, foram feitos. Esses apertos já estão dando resultado, a inflação efetivamente está caindo. No entanto, o lado perverso também se mostrou. Nós estamos com a economia estagnada. Vocês verão isto nos números, inclusive com tendência a piorar no segundo semestre. Agora, isto é uma opção do governo federal: ou deixava a inflação sem controle ou adotava medidas desta natureza.

Em função não só desta situação fiscal, desta situação econômica, nós resolvemos usar o ICMS como

instrumento de reativação das atividades econômicas paranaenses. Evidente que o imposto é um imposto que não serve, não tem adequação perfeita para isto. Mas, é o que o Estado tem, o único instrumento que temos para animar os negócios e a economia. E aí, foram tiradas desta nova política fiscal das microempresas, das empresas de pequeno porte, os senhores conhecem, isto já foi suficientemente divulgado, e tiramos uma outra medida que na Secretaria da Fazenda já havia estudos de anos anteriores, que nós poderíamos dizer que seria a paralisação das compras, em função das diferenças de alíquota interna e interestadual. Uma interna, 18%. Em São Paulo, nas operações interestaduais com São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 12%. Os nossos compradores optavam por adquirir seus bens e serviços em São Paulo. Basicamente em São Paulo.

Com esta medida, nós não abriremos mão da arrecadação. Nós apenas equiparamos estas operações interestaduais e trouxemos as operações internas ao mesmo patamar. Hoje, todas as compras entre contribuintes, dentro do Estado, é de 12%.

Com isto, deu-se uma folga e nós verificamos neste primeiro mês da implantação da medida que houve uma reanimação do nosso comércio atacadista e da nossa indústria. Isto me dizia ontem o Dr. Vieira, que é o coordenador da Receita, diretor da Receita Estadual.

Então, estas foram medidas tímidas, pálidas, mas era o que podíamos fazer para contribuir com a animação da economia. Nós tivemos uma safra notável, embora de exportação tão somente de grãos. Esperávamos que estes grãos fossem transformados em produtos industrializados, porque hoje nós representamos 24% do PIB, em termos de agricultura, mas a arrecadação do Estado, na área agrícola só atinge a 4.5% nestes primeiros quatro meses.

Agora isto, na parte das despesas, também isto não é segredo, o governo anterior, também por dificuldades de todos conhecidas, deixou uma herança de 7 bilhões de precatórios. E quero lembrar que estes precatórios, evidentemente, não são todos originários de obras feitas no governo anterior, feitas nos últimos oito anos. Temos precatórios de 1950, 1960, que naquele sistema anterior da Constituição, de correção todo ano, nós temos precatórios desta envergadura. Mas, o Estado do Paraná, hoje, é o que tem proporcionalmente a maior dívida de precatórios do Brasil. Hoje, nesta data, nós estamos com 7 bilhões e 500 milhões.

Não passa um dia na Secretaria da Fazenda que eu não receba uma liminar de um juiz, requisitando, seqüestrando dinheiro. E não é pouco. Uma liminar dá 29 milhões, a outra dá 20, a outra dá 15 milhões. São processos que vêm vindo do passado e que agora, efetivamente, estão no seu final. Isto, de qualquer maneira, muito atrapalha a organização fazendária.

Com relação à arrecadação, nós tivemos um aumento real na arrecadação, com valores corrigidos, nos quatro primeiros meses, de cerca de 5% em relação ao

mesmo período do ano anterior. Nós vamos ver isto nos números.

Em números nominativos, em números não reais, a arrecadação subiu 20, 23%. Mas em números reais, isto é, corrigidos números anteriores, a Receita não teve uma grande expressão.

Agora, nós até ficamos felizes que ela não tenha caído. De qualquer maneira, alguns fatores fora do nosso controle elevaram a nossa arrecadação nesses primeiros quatro meses e isso não vai ocorrer no resto do ano.

Um deles, que os senhores conhecem, está dentro da nossa política, que é a arrecadação do IPVA, que se verifica basicamente em janeiro e fevereiro, em função dos benefícios fiscais concedidos. Antigamente eles eram recolhidos ao longo do ano. A partir de 97, 98, o governo do Estado decidiu concentrar isso em janeiro e fevereiro. Isso dá um aumento da arrecadação que não se espalha para o resto do exercício.

Mas, tivemos um outro fator de arrecadação que alguns jornais inclusive fizeram uma festa, que houve uma grande arrecadação e que não foi nada de eficiência nossa, de nossa responsabilidade. Deve-se única e exclusivamente à Petrobrás.

Com janeiro e fevereiro a possível guerra do Iraque, que depois veio a se confirmar, a Petrobrás resolveu reforçar seus estoques de petróleo via importação Porto de Paranaguá. Aqui, para a nossa refinaria de Araucária. Com isso, nós tivemos um incremento nesses períodos anteriores à guerra do Iraque e que isso se refletiu na nossa arrecadação.

Só que a Petrobrás paga no Porto de Paranaguá os 18% sobre as importações, uma delas chegou a dar quarenta milhões, e daí eles se creditam. Todos conhecem o mecanismo de crédito e débito de ICMS. Eles se creditam e à medida que os combustíveis vão sendo agora vendidos isso vai se refletindo. Na verdade, nós tivemos uma antecipação forçada de Receita.

Na parte de despesas, tivemos uns restos a pagar de 250 milhões. Isso tudo vai ser mostrado, e resolvemos, aliás foi uma deliberação em conjunto dos Estados, fazendo uma interpretação não literal da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas conjugando com a Constituição, no sentido de que as despesas com saúde, educação, segurança e alguns outros itens, deveriam ser pagos mesmo quando a Lei de Responsabilidade Fiscal tem uma severidade extravagante com relação a essas despesas.

Quero dizer o seguinte: Acho muito difícil um país como o Brasil, em que a economia é tão instável, em maio de um ano você adivinhar quanto vai ter de Receita, para que no dia 31 de dezembro você chegue com as contas em dia. Vejam, ninguém, nenhum governo conseguiu fazer isso no Brasil. Nenhum município conseguiu fazer isso, você ter uma estimativa correta da sua receita e pautar as suas despesas, daí porque eu não faço críticas ao fato de o governo anterior do Paraná ter deixado esse volume de resto a pagar. Creio que nós teríamos feito o mesmo, na mesma situação. Todos aqueles senhores dep-

utados que já foram prefeitos ou estiveram em comando de empresas, sabem como é difícil no Brasil, ter uma estimativa correta de receita e também ter uma estimativa correta de despesa.

Dito isto, senhor presidente, poderíamos ir passando aos quadros.

Pediria ao Dr. Nestor, que é chegado aos números - a minha formação como Bacharel em Direito não me permite essa intimidade com números - que explique isso, porque ele é um apaixonado nisso e eu não sou. Os senhores terão todas as informações possíveis e as variadas interpretações. Por isso eu disse que trouxemos os técnicos do governo anterior, que estão aqui, e do nosso governo que, aliás, são os mesmos. Não houve mudança na parte técnica.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado presidente, senhores deputados, senhores e senhoras. Na apresentação que vamos levar a efeito agora, abordaremos alguns aspectos da receita, da despesa, do resultado primário, da dívida consolidada, dos precatórios e dos restos a pagar no primeiro quadrimestre do exercício correto.

Tais aspectos revelam com clareza, e os senhores vão ver pelos quadros mostrados, o desempenho da boa gestão fiscal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vamos começar pelo quadro nº 3. Temos aí a receita projetada para o exercício de 2003, constante da lei orçamentária. Um total de onze bilhões, receitas correntes dez, receitas de capital. São números que os senhores já conhecem porque foram os senhores que aprovaram a Lei dos Meios, e as despesas também foram projetadas num valor correspondente.

No realizado no primeiro quadrimestre, tivemos de receitas totais, três bilhões e oitocentos, o que representa exatamente, 34,29% da receita, projetada. Evidente que pode parecer assim num primeiro momento, e nós já tivemos alguma coisa de diferente nesse primeiro quadrimestre, esse valor um pouquinho superior do que devia ser previsto para o primeiro quadrimestre, é tão somente em decorrência da correção monetária. O orçamento, bem que se diga comparado com o do ano anterior, foi corrigido aproximadamente em 5,5% só de correção.

As receitas de capital apresentaram um total de quatro bilhões, com 38% do previsto no orçamento. E as despesas, um total de três, e cem com aproximadamente 28% do total previsto e são responsáveis por esse total, as despesas correntes na ordem de dois e novecentos, e, as despesas de capital, em duzentos e sessenta e quatro.

Era importante que se voltasse agora ao quadro nº 02, ainda nós temos uma revelação da receita tributária: Em 2002, são valores nominais, valores correntes, tivemos nesse primeiro período, uma arrecadação na ordem de um bilhão e oitocentos; e tivemos agora em 2003, dois bilhões, quinhentos e cinquenta e dois. Ou seja, um superávit em número corrente de 35,8%.

O ICM, nós tivemos 1594, e neste período de 2.003, 2.200, ou seja um incremento de 39%. O IPVA, 277, em 2.003, 319. O ITCMD um valor de 7 para 11, neste mesmo período. Mas a evolução real, a evolução já corrigida das receitas nos revelam que no mesmo período, 2002, a receita tributária alcançou 2,5 e a receita em 2003, 2.595, com um superávit tão somente no mesmo período, de 3.7%. O ICMS, 2.100 para 2.200, um crescimento real de 6%. O IPVA, 370 e no mesmo período deste exercício, 328, arrecadamos um valor menor, na ordem de 11%. Isso é plenamente justificável, não quer dizer que tenha havido aí uma evasão na arrecadação mas é tão somente em decorrência do valor dos veículos, que foram corrigidos em 10% só no seu valor para que realmente pudessem acompanhar o preço de mercado. Sem dúvida houve uma concentração e uma revelação de que neste primeiro quadrimestre os contribuintes optaram em se valer do desconto que é dado para o recolhimento nos primeiros meses, e o ITCMD em 10, e neste exercício, 11, com incremento de 14.9.

Talvez, se foram distribuídos os quadros anteriores, nós não temos este quadro, não estamos encontrando nos nossos anexos, não sei se ele faz parte. Só perguntar, ele faz parte do quadro que foi distribuído para os deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Foram distribuídos aos senhores parlamentares. Este quadro alguns deles não têm. Eu solicito à nossa assessoria que providencie a entrega do quadro aos senhores parlamentares.

O SR. NESTOR BUENO

Já estamos providenciando cópia dos quadros que estão um pouco mais completos agora do que os anteriores entregues ao gabinete do presidente.

Na Receita corrente líquida que é muito importante, essa Receita corrente líquida nos últimos 12 meses ou seja, os 12 meses anteriores a abril de 2.003, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós tínhamos um projeto, na Receita corrente líquida, de 7.193. (Lê Quadro nº 5, Anexo)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA Últimos 12 meses (Maio/2002 a Abril/2003)

Projetado	Realizado	Meta Anual
-----------	-----------	------------

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Últimos 12 meses (Maio/2002 a Abril/2003)

Receita Corrente Líquida (RCL)	7.193.785	8.367.608	116,32%
Receita Tributária	6.280.143	6.989.817	11,30%
Transferências Correntes	2.257.610	2.348.077	104,01%
Demais Receitas Correntes	1.161.280	1.899.270	163,55%
(-) Deduções	2.505.248	2.869.556	114,54%

Esse quadro é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela vai, sem dúvida alguma, comandar o percentual que pode ser gasto com pessoal.

Quadro nº 6. Aqui temos uma visão das receitas fiscais líquidas. Também é um quadro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse quadro revela a Receita Fiscal Líquida, ou seja uma receita primária. O Resultado Primário é obtido pela diferença entre as receitas de caráter permanente e derivadas da ação precípua do Estado, ou seja impostos, taxas e transferências representadas pela receita orçamentária, excluídas as operações de créditos de bens, contra as despesas típicas da ação governamental, excluídos o pagamento da dívida pública. Seja ela com os principais e encargos expressando a capacidade da administração, poder pagar a sua dívida consolidada. Esse resultado primário revela que a administração pode sem dúvida alguma suportar neste primeiro quadrimestre o compromisso da dívida pública, o serviço da dívida pública.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só queria fazer uma sugestão. Acho que estamos com os números errados, aqui, dos acompanhamentos. O senhor mostra um item 6, que não tem nada a ver com o 6, que recebemos aqui.

O SR. NESTOR BUENO

O seu é o 4.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O secretário estava aqui me alertando que posteriormente ao envio, ele fez mais alguns quadros para que facilitasse a apresentação aos senhores parlamentares.

Com a palavra o Dr. Nestor.

O SR. DR. NESTOR BUENO

Continuando com Restos a Pagar, que é o quadro nº 7.

Nós temos aí os precatórios. É importante que se dê uma explicação a respeito deles.

Até a Emenda Constitucional 30 de setembro de 2000. Os precatórios que chegavam à Secretaria da Fazenda até o dia 1º de julho eram tão somente incluídos na Lei de Orçamento, se eles não fossem liquidados conforme determina o artigo da Constituição Federal e o 33,

das Disposições Transitórias; se não fossem liquidados no exercício subsequente, simplesmente eles desapareciam do mundo contábil do Estado, a partir da emenda 30.

Então, essa emenda criou uma regra contábil desses precatórios. E os precatórios que integram a Lei do Orçamento, se não forem liquidados no exercício subsequentes, o resíduo, eles são inscritos como Restos a Pagar. E o próximo exercício se não liquidado como Restos a Pagar, passarão a integrar a dívida consolidada do Estado. Daí porque, como Restos a Pagar, nós temos só a posição a partir da emenda 30, ou seja, a partir do exercício de 2001. Aqueles precatórios que figuraram no orçamento de 2001 e que não foram liquidados no próprio exercício de 2003 como Restos a Pagar. E os de 2002, para o exercício de 2003, sucessivamente.

Assim temos como precatório da fonte do tesouro, processados como Restos a Pagar, 21 milhões 843. E das demais fontes, ou seja de todas as vinculadas ao Estado, aquelas 54 entidades da administração indireta, - dois bilhões novecentos e setenta e nove, o que dá uma soma, o total, de vinte e quatro bilhões, oitocentos e vinte e dois. E os demais credores na ordem de vinte e sete oitocentos e quarenta e um, com um total geral de trinta e nove, oitocentos e setenta e três. Isto no primeiro quadrimestre de 2003.

Nos Restos a Pagar, neste primeiro quadrimestre, não tivemos a inscrição, não tivemos o processamento de nenhum precatório, por enquanto, porque começam a chegar só a partir de 1º de julho. Dos demais credores, temos trinta e dois, zero quarenta e um; do Tesouro, vinte e um; das demais fontes, dez.

Dos precatórios.

Neste quadro 9, parece-me que os senhores não têm aí, o 9 é um quadro novo que foi apresentado aqui para poder visualizar o compromisso que o Estado tem com precatórios.

Tivemos inscritos no Orçamento de 96, setenta milhões. Foram pagos vinte e dois milhões. Sobraram, conseqüentemente, trinta e um milhões. Em 97, foram inscritos no Orçamento, quatrocentos e oitenta e seis milhões e foram pagos vinte e quatro milhões. Em 98, quatro bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, e foram inscritos um, novecentos e oitenta e oito, cujo valor atualizado daria quatro oitocentos e sessenta e oito, e este

valor, que é bem expressivo - é interessante que se revele, que consta neste ano o precatório da empresa C.R. Almeida, daí porque este valor expressivo.

Em 99, tivemos inscritos no orçamento duzentos e dois milhões e um pagamento de quinze. Em 2000, uma inscrição de cento e vinte e um, pagamento de hum e cem. Em 2001, uma inscrição no Orçamento de cento e oitenta e oito, e um pagamento de hum e seiscentos. Em 2002, tivemos uma inscrição de cento e trinta e um, pagamento de duzentos e quatro. Com isto, ficamos com um resíduo a recolher, a pagar de precatórios no dia de 30 de abril - valores corrigidos, na ordem de sete bilhões e quatrocentos milhões. Vejam os senhores que este valor é superior à arrecadação líquida do Estado.

Deste valor já retornamos, novamente, o recolhimento, e assumimos com os Tribunais a obrigatoriedade de recolher, no mínimo, dez milhões por mês. Já recolhemos no primeiro quadrimestre, aproximadamente, dez milhões, tão somente. Pretendemos a partir de maio, nós já recolhemos dez. E a partir de maio, nós pretendemos manter o recolhimento de dez por mês.

No quadro seguinte, ou seja o quadro nº dez, que corresponde ao quadro nº 6. Temos aí o demonstrativo das despesas com ensino. A receita resultante dos impostos realizados de janeiro a abril, totalizaram dois bilhões e trezentos milhões.

O limite constitucional, todos os senhores conhecem, é de 25%; nesse primeiro quadrimestre, nós já cumprimos, ou conseguimos cumprir 21,96%. É bem verdade que em função da concentração do recolhimento do IPVA no primeiro quadrimestre, naturalmente até o final do exercício, em função do comportamento da receita, não tenho dúvidas, que chegaremos talvez a cumprir um pouco mais da exigência constitucional.

O seguinte - é uma revelação da despesa de pessoal do Executivo: eu gostaria, antes de falar sobre a receita de pessoal do Executivo gostaria de destacar que a realização de despesa de pessoal, considerando os três poderes, citou-se um pouco abaixo do limite da Receita Corrente Líquida estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O gasto total com pessoal, nós vamos ver nos quadros seguintes, tanto dos três Poderes, com exceção tão somente do Ministério Público, que exorbitou, os demais Poderes ficaram abaixo do estabelecido do limite constitucional.

O Poder Executivo sobre as Receitas Correntes Líquidas, o limite legal do Poder era 49%, sobre as Receitas Correntes Líquidas. E o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade, são 46,55%. Nesse primeiro quadrimestre, nós conseguimos reduzir um pouco esse limite e estamos com ele em 41,83%. O ano passado nós chegamos em dezembro com ele já no sinal vermelho do Tribunal de Contas, ou seja, quase nos 44%.

Do Poder Legislativo, que há pouco nós falávamos, o limite era 3% das receitas correntes, e o Poder Legislativo dispendeu somente 2,52%.

Do Poder Judiciário que tinha um limite de 6%, dispendeu 4,54%. E o Ministério Público, que tinha um limite de 2%, gastou 2,01%. Quer dizer, estamos completamente dentro do limite constitucional de 60% do gasto com o pessoal sobre as Receitas Correntes Líquidas.

No quadro seguinte - Quadro nº 15 - nós temos um demonstrativo do gasto total com pessoal. O limite era 60% e nós estamos com 50,90%. O outro quadro 16, que corresponde ao quadro nº 08, é um quadro que reflete as operações de crédito, ou seja, a capacidade de endividamento do Estado. Revela esse quadro que nós estamos bem abaixo do limite legal de endividamento, ou seja, da capacidade de realizar empréstimos. As operações de crédito neste quadrimestre atingiram 2,47%.

Serviços da dívida - as Receitas Correntes, nós já explicamos, ela chegou a 8367, nos últimos 12 meses. E o limite para que se possa dispender de dívida pública, seria duas vezes este valor, do limite constitucional e da lei. Então, o limite seria 962 milhões. O serviço da dívida atingiu, nos últimos 12 meses, um milhão e 167 mil. O que revela, pelo quadro anterior, que nós temos capacidade de endividamento. No entanto, não temos capacidade de pagamento. Já exorbitamos o limite da Lei Orçamentária. Seria 11 e 50, e nós estamos já com 13 e 90.

E o serviço da dívida pública, o pagamento do principal e mais encargos, no 1º quadrimestre, chegamos a 675 milhões.

O quadro seguinte, o 18, que corresponde ao 10, revela a capacidade de endividamento, mas no que diz respeito a garantias concedidas, foram concedidas até abril, considerando os últimos 12 meses, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, 1 bilhão e 300 milhões de garantia. E estas garantias, a quem foram concedidas, estão relacionadas no quadro 19, que corresponde ao quadro 11 dos senhores, foram concedidas a empréstimos realizados pela Sanepar, Copel, dívida interna e dívida externa, e pela Cohapar. Os credores são o Banco do Brasil, Banco Central, BID, Eletrobrás e também Banco do Brasil.

A capacidade de endividamento do quadro 20, diz respeito à antecipação da receita, que corresponde ao quadro 12 que os senhores têm; está claro que não houve necessidade; conseqüentemente, não fizemos nenhuma operação de crédito por antecipação da receita.

No quadro número 21, que corresponde ao 13, nós temos o limite legal do endividamento. São duas vezes, como já mostramos nos quadros anteriores, a Receita Líquida e o saldo da dívida pública total, que nós estamos com ela, em 12 bilhões, no último dia de abril, o que corresponde a 143%; conseqüentemente abaixo, bem abaixo do limite de endividamento fixado. Esta dívida está assim distribuída: o saldo devedor - como já disse - eram 12 bilhões e 043, dívida interna 10, composta pela dívida, deve-se à União 8, outros credores 1.521, precatórios só aqueles que a partir da emenda constitucional passaram a integrar a rubrica de dívida consolidada, a dívida externa,

o saldo devedor eram 2.593, ao BIRB; ao Banco do Japão, 316, e o BID, 1.100, e outras dívidas, 10 e 95.

Estes outros credores, ela compõe este valor aquele CRC da Copel, aquela dívida que temos perante a Copel e a dívida dos títulos de Alagoas, de Guarulhos, Osasco e Santa Catarina, que foram adquiridos do Banco do Estado e estão nesse valor de um bilhão, quinhentos e vinte e um milhões.

É importante destacar que essa dívida pública, quase metade é devida ao Banco Central e ela representa aquele empréstimo que foi realizado para privatização do Banco do Estado. O serviço dessa dívida, hoje, e isto vai acontecer ainda nos próximos vinte e cinco anos, um dispêndio na ordem de quarenta e cinco milhões por mês, corrigidos, não é relato pelo IGPTI da Fundação Getúlio Vargas - não é demais recordar que no ano passado o IGPTI da FGV fixou-se em 26,5% e mais 6% de juros.

Então, essa dívida, se o IGPTI da Fundação se mantiver ou se nós não conseguirmos discutir com o Banco Central a substituição desse índice por outro mais favorável, essa dívida vai crescer no mínimo 1/3 no seu valor por ano, embora o serviço da dívida mensal hoje esteja afixado em torno de aproximadamente cem milhões com uma concentração maior dos meses de abril e de setembro, quando são computados os juros dessa dívida. Não estão nesse serviço mensal da dívida, nos cem milhões, porque não estamos pagando, seguindo o mesmo exemplo da administração anterior, os CRC's daquele empréstimo da Copel e também não estamos pagando ao Banco Itaú a dívida referente à compra dos títulos, daqueles chamados títulos podres de Pernambuco, Alagoas, Guarulhos, etc.

Eis aí o que tínhamos para apresentar, e podem os senhores verificar que esse relatório revela o compromisso do Governo com a disciplina fiscal e a seriedade que estamos impondo na gestão dos recursos públicos.

Muito obrigado! Estou à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Pedimos que o senhor permaneça na tribuna, pois temos alguns deputados já inscritos.

Estão inscritos pela ordem: Tadeu Veneri, Elio Rusch, Plauto Miró, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Jocelito Canto, Natálio Stica e André Vargas.

Na sequência, os deputados que queiram inscrever-se poderão fazê-lo à Mesa.

Com a palavra o senhor deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, senhor presidente!

Bom dia, senhor secretário! Bom dia a todos!

Gostaria de fazer três considerações com relação aos dados que foram apresentados aqui. A primeira é com relação ao quadro 6, de despesas com ensino. O senhor colocou que nós estamos, hoje, com 21.96 nesse primeiro

quadrimestre, mas que poderíamos chegar nos quadrimestres seguintes a atingir 25%, havendo aí uma possibilidade de queda na inflação, em função dessa sazonalidade do primeiro quadrimestre.

Eu tenho uma dúvida porque, parece-me, que para que nós atingíssemos 25%, teríamos que ter uma queda em torno de 15% na receita. Não há, pelo menos nos anos anteriores, e fizemos essa comparação junto com o Dieese, essa evolução na receita, não faz essa movimentação, quer dizer, teríamos que ter uma queda muito grande para que cumpríssemos 25%.

Gostaria que o senhor confirmasse ou não isso, porque, se nós mantivéssemos essa mesma receita no segundo e terceiro quadrimestres, teríamos que aportar mais cento e quarenta milhões de reais além daqueles valores especificados no valor destinado à educação.

A segunda colocação é sobre o Tribunal de Contas.

Desde 1999, o Estado do Paraná não cumpre 25% da Educação e o Tribunal de Contas no seu Parecer 10.323/2001 recomenda inclusive que não se inclua 21% de ensino superior, que vem sendo incluído e com isso não estamos cumprindo 25% para aquilo que determina a lei, ou seja, a Emenda Constitucional determina que seja gasto no ensino médio, fundamental e infantil; não coloca ensino superior. Então, gostaria que o senhor nos passasse esses dados.

Em terceiro lugar, gostaria de comentar sobre a sua colocação com relação à dívida que é corrigida pelo IGPTI. Hoje há uma preocupação porque o IGPTI - se não estiver errado - está atrelado ao dólar e parece-me que pouquíssimas contas estão sendo corrigidas por esse índice.

O senhor está correto quando diz que temos que mudar, porque hoje esse índice só corrige telecomunicações, energia elétrica, quer dizer, só corrige aquilo que de certa forma vem nos trazendo grandes problemas. A perdurar esse índice, realmente não há como manter esse pagamento.

Gostaria que o senhor explicasse especificamente nessas considerações que lhe fiz, porque o Tribunal de Contas não tem reconhecido como investimentos em Educação: a parte de 25% onde inclui o ensino superior e nos dados que temos não fazem essa evolução com essa queda tão grande, como teria que haver, para que cumpríssemos 25%.

Por último, não estamos conseguindo que haja uma reunião do Fundef, que deveria ser mensal, para que possamos, inclusive, ser analisados os valores que estão sendo apropriados pelo Fundef.

Obrigado!

O SR. NESTOR BUENO

Respondendo ao nobre deputado, gostaria só de lembrar que nesse primeiro quadrimestre não temos aí a previsão para o 13º salário. Então, quando chegarmos

mais ao final do ano, teremos um acréscimo de pelo menos mais o valor correspondente a uma folha de pagamento relativa ao 13º salário. Teremos, também, uma despesa com o pessoal da Educação. Evidentemente, está sendo programado o seu concurso.

Hoje, estamos contando que a partir do segundo semestre tenhamos uma arrecadação em função da perda do poder aquisitivo da moeda, uma inflação na ordem de mais de 5%. O nosso orçamento foi calculado com 5% e o próprio Tesouro Nacional, já no começo do ano, orientava que devia-se recalculer o orçamento, já compreendendo uma inflação de aproximadamente 10%. Então, acho que a partir do segundo semestre, vamos ter uma arrecadação superior à do primeiro trimestre.

O SR. TADEU VENERI

Tudo bem, mas coloco para o senhor que acho difícil, mesmo com essa folha adicional na Educação, que haja uma queda nessa perspectiva de 15%. Se não houver essa queda, mesmo com essa folha, acho que teremos dificuldade de atingir 25% - levando-se em conta que o Tribunal de Contas tem recomendado, nós temos tido algumas audiências de educação, aqui na Assembléia Legislativa, e nessas audiências o Tribunal tem recomendado que não inclua-se nesse gasto obrigatório com Educação o ensino superior. Não sei se nesse caso que o senhor relatou, está incluído o ensino superior...

O SR. NESTOR BUENO

Está incluído o ensino superior!

O SR. TADEU VENERI

Pois é, esse que é o problema, porque o Tribunal de Contas, desde 99 tem dito que ao incluir o ensino superior nós estamos fazendo um gasto além daquele que a lei determina para cumprir os 25%.

O SR. NESTOR BUENO

Mas estão incluídos aí os gastos com o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo deputado inscrito, Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, secretário de Estado, Heron Arzua, Dr. Nestor, até peço ao presidente que se ele quiser convidar o Dr. Nestor para que se sente à Mesa, de repente até para que fique mais confortável para responder às perguntas.

O SR. NESTOR BUENO

Não, estou bem aqui, prefiro ficar aqui. Assim eu tenho a assessoria mais perto, se for preciso.

O SR. ELIO RUSCH

Dr. Heron Arzua, nós que conhecemos V. Exa. já há muito tempo, homem respeitado, jurista e tributarista de nosso Estado com uma grande banca de advogados assessorando inúmeras empresas nacionais e até acredito internacionais, pessoa do mais alto renome na área tributária do Estado do Paraná e por que não dizer, do Brasil? Por isso, acho que o senhor está no lugar certo, na Secretaria da Fazenda, para que possamos conduzir as finanças do Estado do Paraná da melhor forma possível.

Eu perguntaria ao secretário Heron Arzua, pergunta bem objetiva, para que possa fazer logo a seguir, a outra.

Como o senhor vê a situação econômica do Estado do Paraná: é viável ou não?

O SR. HERON ARZUA

Bom, o Paraná não é exceção em relação ao Brasil, mas em função de termos uma pujante agricultura nós temos os agronegócio muito desenvolvido. Em épocas de crise, historicamente o Paraná tem se saído bem em função dessa sua pujança no setor agrícola.

E também, não há como negar, o Paraná adentrou na era da industrialização; a vinda dessas montadoras foi decisiva para mudar o perfil econômico do Estado do Paraná. Se não houver uma crise muito violenta nesse setor, que está se anunciando agora, tenho a impressão que o Paraná poderá se sair, em termos econômicos, melhor do que os outros Estados.

Naturalmente a nossa economia está vinculada a São Paulo. Os últimos dois meses para São Paulo foram muito tristes, não só em termos econômicos, mas em termos fiscais, a ponto de o governador de São Paulo estar apreensivo com a queda de arrecadação, mas de qualquer maneira, penso que o Paraná tem uma vantagem em função da sua agricultura e em função de, nos últimos tempos, ter tido o seu perfil industrial alterado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço a sua resposta. Comprova exatamente pelos números apresentados por V. Exa. e também pelo Dr. Nestor, que mostram que o Estado do Paraná, dentro da situação econômica e dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, está dentro de todos os parâmetros, não ultrapassando em nenhum os seus limites.

O SR. HERON ARZUA

Eu diria a V. Exa., apenas para complementar, que embora todas as dificuldades que a década passada trouxe ao Brasil e ao Paraná, o nosso Estado, ainda dentro da Federação, é um dos Estados que tem uma situação confortável.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço.

Só uma pergunta bem objetiva: foi apresentado pelos números, mas só para que fique registrado também

na Assembléia, a dívida consolidada em 31 de dezembro de 2002 de quanto foi? Aí nós temos uma planilha, e depois outra.

O SR. NESTOR BUENO

Um momentinho, por favor. Estamos aqui com o balanço em mãos.

O SR. HERON ARZUA

Em termos reais é o seguinte: não sei se isso está aí consignado. Podemos fazer uma conta assim: temos 12 bilhões de dívida, externa e interna, temos 7500 de precatórios, temos 900 milhões de créditos de ICMS, que estamos devendo para as empresas. Então, arredondando, dá uns 20 milhões. É claro que essa dívida não vai ser toda exigida neste ano. Tem uma que são 30 anos.

Agora vou fazer uma observação pessoal minha, penso que se o Estado do Paraná... senão houver uma grande reestruturação no cenário nacional, nós jamais vamos poder pagar esses precatórios, porque 7 bilhões e 500 é mais do que a nossa receita de um ano, só aí dos precatórios. E esses já estão vencidos. Esses não têm os 30 anos da dívida que temos com relação ao Banestado. Mas o número correto, Nestor, você têm aí?

O SR. ELIO RUSCH

São 12 bilhões mais os precatórios. E até aproveito essa oportunidade, se vocês podem me informar, qual a origem dos precatórios? Qual é a época? De quais os anos são provenientes? Nós não temos em mãos; só nos foi apresentado depois de 1995. Esses 7 bilhões, de onde eles vêm?

O SR. NESTOR

O quadro número 09.

O SR. HERON ARZUA

Mostra lá. Olha lá, deputado, tem de 1943, inclusive, 1955. Todos os anos. Temos coisas muito antigas.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço. Só para dizer que essa dívida dos precatórios, como o senhor já falou, que não são provenientes do último governo. A maioria dos precatórios são provenientes de outros governos, porque quando o governador Requião esteve aqui, ele disse nesta tribuna que não tinha deixado nenhum precatório para trás, que todos os precatórios já tinham sido pagos, conforme a palavra do próprio governador.

O SR. HERON ARZUA

Isso é verdade. Quando assumimos o Governo em 1991, o Paraná devia 4 anos de precatórios. Pusemos em dia todos os precatórios. Em 1994 o Governo Mário Pereira, quando saiu, pagou; o secretário da Fazenda inclusive era o empresário Gera, só que, pela mecânica dos precatórios, tem a questão da correção da correção,

correção, da correção. Quem é advogado sabe disso, porque ele vinha até julho, depois você tinha 6 meses desse ano e mais um ano para pagar até o fim do ano. Houve épocas no nosso Governo passado que a inflação foi a 80%. Então, e uma dívida de mil, você pagava 10 mil reais.

Esse era o sistema.

O SR. ELIO RUSCH

Entendi perfeitamente.

Só gostaria que ficasse registrado de que os precatórios não estavam vencidos, não estavam na hora de pagar. Mas os precatórios já tinham a sua origem anterior a 1995.

O SR. HERON ARZUA

Agora é que vai começar a aparecer na primeira gestão do Roberto Requião e dos dois outros anos. Eles ainda estão chegando.

O SR. ELIO RUSCH

Só para dizer mais uns números. Estava na internet até início do ano, de que tinha uma disponibilidade financeira de 592 milhões de reais. Isso constava na internet. E depois recebemos, junto com esses documentos, um ativo disponível. Ativo disponível para mim quer dizer recursos em caixa. Ativos disponível são recursos que estão no caixa. Recebemos aí 585 milhões, 654 mil reais, que é o ativo disponível conforme o documento a nós entregue. O que nos causa surpresa é que o Governo do Estado cancelou alguns empenhos, Restos a Pagar no valor de 86 milhões de reais. E, segundo os documentos que temos aqui, não sei se estou errado ou talvez tenha mudado essa planilha, mas tínhamos essa disponibilidade financeira e principalmente a disponibilidade que estava no orçamento.

Então, acredito que não teria necessidade de se ter feito esse cancelamento desses Restos a Pagar...

O SR. HERON ARZUA

Veja, dinheiro, nós não temos! Recebemos o caixa do Estado com 319 reais. Nestor, por favor mostra o quadro.

O SR. NESTOR BUENO

Eu só gostaria de dar uma explicação ao deputado. As despesas realizadas no último ano de gestão, existe aquela proibição do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deva ser toda ela realização no exercício, deve ser liquidada até o final do exercício, e se não for, deveria ser cancelado; o Dr. Heron já explicou. Só não foram canceladas aquelas despesas realizadas, evidentemente, em função da função precípua do Estado, ou sejam: despesas com Educação, com saúde, com Segurança Pública e com Assistência Social. Em números redondos, dos duzentos e cinquenta milhões de reais de despesas realizadas pela administração anterior, de cuja disponibil-

idade de caixa, foram deixados tão somente duzentos e dezessete mil reais; foram cancelados, em números redondos, oitenta milhões, e foram inscritos como - Restos a Pagar, cento e setenta milhões.

Então nós, além dos compromissos do Orçamento atual, ainda, juntamente com as despesas e com o serviço da dívida, devemos também pagar esses cento e setenta milhões, dos quais, já no primeiro trimestre, foram liquidados aproximadamente setenta milhões. Com referência à disponibilidade, gostaria só de fazer uma diferença, veja, nós temos na contabilidade pública a disponibilidade financeira do Estado, ou seja, aquela disponibilidade de caixa do tesouro, a disponibilidade financeira do tesouro e a disponibilidade real de todos os organismos: sejam eles dos três Poderes e mais das entidades que são dependentes do Tesouro, em número aproximadamente de 54.

A confusão que se estabelece, às vezes, é isto. Realmente, vamos mostrar aqui, em números, pelo nosso coordenador financeiro, Dr. César Ferrera, a disponibilidade financeira do Tesouro, a disponibilidade financeira do Estado em 31 de dezembro e a disponibilidade de caixa do Tesouro.

O SR. CESAR FERREIRA

Aquele, primeiro número que vocês viram na página 3, do quadro, é execução orçamentária. Então, o que a gente tem ali é o orçamento; não é o financeiro. Aqueles seiscentos e noventa milhões trata-se de uma despesa orçamentária. Então temos aquelas despesas que foram empenhadas e não foram pagas.

No quadro f-3, vemos que no dia 02 de janeiro quando assumimos, tínhamos uma disponibilidade no tesouro, de quatrocentos e dez milhões de reais, quatrocentos e setenta e oito, só que, diferenciando, a gente abrindo, vai ver que o Tesouro Geral do Estado, quer dizer, o Poder Executivo e a Administração Direta tinha, de disponibilidade, duzentos e dezessete mil reais, sendo que a Assembléia Legislativa tinha quatro milhões, setecentos e sessenta em caixa, o Tribunal de Contas nove milhões e duzentos; Tribunal de Justiça, 19 milhões; Tribunal de Alçada, 500 e o Ministério Público não tinha saldo.

Esse dinheiro não pertence ao Tesouro do Estado; pertence a essas entidades. Se mudar o quadro na página F4, nós vamos ver que no Banco do Brasil, no mesmo dia 31, nós tínhamos 240 milhões de reais em números redondos, sendo que 41 milhões pertencia ao Fundef, o Estado não pode disponibilizar; 7 milhões e 800 milhões era do BIP; Proem, que é Educação e o Estado não pode usar; 38 milhões é do Paraná 12 meses - BIRD; o Estado não pode usar; 48.700 é salário Educação, o Estado não pode usar; 3 milhões é do BIP/Prosam; 17 é do Paraná Urbano; 36 de convênios; 46 de outros.

Nós tínhamos na Caixa Econômica, 12 milhões, 317 que pertenciam basicamente à Cohapar, a Secretaria da Fazenda não disponibiliza. Nós tínhamos ainda no

Banco Itaú, mais 21 milhões em aplicações, que era o Fundef e convênios às entidades.

Então, a gente vê que daqueles 410 milhões que aparece como disponibilidade financeira do Governo do Estado, na verdade o Estado só pode mexer com 217 mil reais, o resto é recurso vinculado.

Na página F-5 - Nós vamos ver as entidades vinculadas do Estado, que elas também fazem parte do conjunto; pela Lei de Responsabilidade nós somos obrigados a contabilizar receita e a despesa deles!

Nós pegamos os maiores números ali. Então nós vemos que a Serlopar tinha 5 milhões em caixa; o Funrestran tinha 38 milhões; FUMPM, 4 milhões. Então, a gente vê que o Estado possui 400, quando você pega a somatória de todo mundo. Mas o Tesouro Geral do Estado só teria 200 mil reais para passar o ano. E foi essa disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado.

O SR. DURVAL AMARAL

O Estado do Paraná ainda tem o caixa único?

O SR. CESAR FERREIRA

Ele tem o caixa único, da seguinte forma: nós temos o caixa único com contas fechadas. Nós não podemos pegar o dinheiro do Fundef; ele está sob a responsabilidade do Tesouro do Estado, mas é uma conta bloqueada, e o ordenador de despesas do Fundef é o secretário da Educação e somente ele pode autorizar que eu movimente o dinheiro da conta do Fundef. Com o salário Educação, com todas essas contas, é a mesma Receita.

O SR. DURVAL AMARAL

Os 45 milhões repassados no dia 31/12, no acordo feito pelo Governo do Estado, para manutenção das rodovias federais que se transferiram para o Estado. Foram 45 milhões no dia 31 de dezembro. O senhor contabilizou onde isso?

Não estaria nos 217 mil?

O SR. CESAR FERREIRA

Não! Ele caiu na conta do Tesouro na noite do dia 30; entrou no dia 1º no nosso Tesouro. Ele saiu do Tesouro do Estado e ficou em trânsito esse período. E esses 45 é que nós recebemos os 45, só que nós recebemos uma dívida de 80 milhões com o BID atrasado e que nós tínhamos o prazo até o dia 5 de janeiro para pagar, senão a dívida vencia inteira.

Isso até o Otaviano, que era o diretor geral da Fazenda na época, poderia comprovar. Nós recebemos a dívida vencida, do mês de dezembro - nenhuma dívida foi paga em dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Gostaria de fazer um apelo aos senhores parlamentares de fazer as perguntas só aquilo que o deputado está

questionando e pedindo informações. Nós temos uma ordem de inscrição, temos que respeitá-la, senão, não teremos como concluir dentro do período regimental de Sessão.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço o secretário Eron Arzua, Dr. Nestor, e deixar claro, que conforme o balanço apresentado no desempenho do primeiro quadrimestre do Estado, que conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a capacidade de endividamento do Estado do Paraná, conforme a Receita Líquida dos últimos doze meses; nós temos a capacidade de endividamento de 16 bilhões e 600 milhões de reais e nós estamos devendo 12 bilhões.

E, conforme a Lei de Responsabilidade, nos dá ao menos o direito, que você pode comprometer 200% da sua Receita Corrente Líquida. O Estado do Paraná está comprometido em 143. Logo, o Estado não está falido, não está quebrado, e como o próprio secretário já disse na sua primeira intervenção, que se o resto pagasse, talvez eles também fariam o mesmo. E conforme o próprio balanço do primeiro bimestre deste ano, já mostrou um superávit orçamentário de 599 milhões de reais, que sem sombra de dúvida daria para pagar os 259 milhões que ficou a pagar do ex-governador.

Obrigado!

O SR. TADEU VENERI

Apenas um esclarecimento, talvez eu tenha entendido errado, mas essa audiência que nós fazemos eu gostaria que o secretário pudesse me esclarecer se as pessoas que estão aqui como visitantes, não os deputados possam também fazer seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente aos senhores deputados, concederemos aos nossos visitantes, também.

Pela ordem, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, tenho duas perguntas a fazer. Uma delas para o secretário Heron Arzua e outras para o Nestor Bueno.

Secretário, quanto vai custar para encampar o pedágio no Estado do Paraná, das empresas concessionárias? Daonde vem esse dinheiro, sendo que no orçamento do Estado não tem nada para este ano, na LDO não tem nada? Nós queremos saber o custo e aonde está esse dinheiro para pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O secretário só responderá se realmente tiver interesse. Ele não é obrigado a responder este questionamento de V. Exa.

O SR. HERON ARZUA

Até posso responder: não tenho a menor idéia. Estou do mesmo tamanho que V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Está ótimo. Obrigado, secretário.

Para o Nestor Bueno, vejo aqui na prestação de contas que o limite constitucional previsto para a educação foi de 25%. Foram aplicados 21,96% nestes primeiros 4 meses, deixando de ser aplicados 70 milhões. Quem está faltando com a verdade? Porque, vejo que o Estado é superavitário, os números aqui são mostrados, nesta prestação de contas, ou o governador, quando diz que não tem dinheiro para implantar o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa?

O SR. NESTOR BUENO

Deputado gostaria de lembrar que não há obrigatoriedade nenhuma de se gastar no primeiro quadrimestre, os 25%. Nós simplesmente trouxemos este quadro para mostrar que estamos aplicando na área da educação e que estamos aplicando os 21,96%. E chegaremos, sem dúvida alguma, no final do ano, talvez até mais que 25% em Educação. Não tenho dúvida alguma disto. Em quatro meses, e nós temos pela frente, ainda - e eu já expliquei ao outro deputado - que não temos, ainda, o 13º salário provisionado nestes 4 primeiros meses. Se tivéssemos, já, este percentual seria um pouco diferente. E ainda temos uma série de concursos programados para o Magistério, concursos estes necessários para o Magistério. Consequentemente, esta despesa com pessoal aumentaria substancialmente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Mas, a situação do Estado é uma situação razoável, os números mostram isto. É superavitário, um Estado que tem uma situação boa, como foi colocado aqui, que dá entre os Estados da Federação uma situação um tanto quanto razoável.

Mas, questiono aqui, quando vejo os números favoráveis e vejo o governo falando ao contrário, que não tem dinheiro para implantação de um curso que precisa de um investimento em torno de 200 a 300 mil reais por mês nos próximos seis anos.

Por isso, pergunto: quem está faltando com a verdade: os números ou o governador, quando coloca esta posição?

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, vou me permitir mostrar um quadro auxiliar que vai lhe dar uma noção completa da situação, inclusive da situação financeira do Estado, hoje. Por favor, o F2.

O SR. CESAR FERREIRA

Fazendo uma explicação deste quadro, do que aconteceu, aqui já não é mais no quadrimestre, mas nos primeiros 5 meses da gestão financeira. Nós recebemos o

saldo de 319, que é divergente daqueles 217 que falei há pouco, porque nós tínhamos 217 no caixa e cem mil em aplicações financeiras. Então, 319 mil reais, foi o que pagamos no dia primeiro. Tivemos uma receita, em janeiro, de 579 milhões. Pagamos o pessoal, 342. Dívida, 134. Despesa de custeio, 18, que é capital 1 milhão e 700. Restos a pagar, 12 e 400. E passamos com um saldo, de janeiro para fevereiro, de 83 milhões. E nós vamos vendo que este saldo vai caindo, à medida que nossas despesas estão subindo. Porque terminou a moratória e nós começamos a pagar despesa de custeio, que já está em 57 milhões, e nós temos, por exemplo, de maio para junho, entramos só com 10 milhões de sobra de caixa, observando na coluna de capital que não existe, só foi gasto quatro milhões de investimento. Não estamos computando nenhuma estrada, o DER ainda não começou a investir, não estamos construindo nenhuma obra do governador. Então, nós vemos que a disponibilidade do Tesouro no dia 31 de maio era de nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Dr. Heron Arzua; Dr. Nestor Bueno.

Nossa satisfação é muito grande em tê-los aqui e poder falar a respeito das finanças do Estado.

Colocou muito bem o Dr. Heron Arzua, como é uma constante na sua vida em tornar clara as situações, quando coloca aqui a questão dos precatórios. Digo isso, Dr. Nestor, porque muitas vezes nós ouvimos que essa dívida dos precatórios aconteceu nos últimos anos, e sabemos muito bem, o senhor reafirmou e consta dos relatórios a origem dessa dívida e colocou muito bem o senhor de que se não houver uma mudança no *status quo*, o país vai quebrar.

Eu tive oportunidade lá em Brasília, quando fazia parte da Comissão de Finanças e Tributação e de uma comissão especial para tratar de precatórios, quando tivemos a presença em uma audiência pública do então governador Mário Covas, que chegou e disse: "São Paulo não pode pagar os seus precatórios"! Não só São Paulo e Paraná; tem que haver uma nova legislação, uma nova ordem, para que possamos resolver o problema dos precatórios.

Na verdade, o senhor colocou muito bem. Como é que nós vamos pagar em torno de sete bilhões de precatórios, se temos uma receita projetada para o ano de oito bilhões? Quer dizer, isso, na verdade, é uma coisa que deve ser resolvida em termos nacionais e não do Paraná; é aqui muito clara que a questão dos precatórios vem de muito tempo, começa em 1943, 69, 58.

O senhor como secretário da Fazenda e o então governador Roberto Requião, governador Mário Pereira, quitaram o precatório, só que tinha direito ao precatório pediu a correção do valor; o que o senhor pagou foi o

valor original, toda a correção ficou para ser paga na sequência. Então, o dono do precatório novamente, adentrou com uma ação para receber essa diferença que soma todo esse valor.

São duas perguntas que gostaria de fazer tanto ao secretário quanto ao Dr. Nestor, pessoa com quem temos uma empatia muito grande, um conhecimento, tive oportunidade de receber a sua visita para orientar-me quando estava como prefeito de Guarapuava. Nós tivemos um decreto, Dr. Nestor, Decreto 753, que referiu-se o deputado Elio Rusch, a data dele é de 10 de março de 2003, e foi publicado no Diário Oficial no mesmo dia, e no artigo primeiro ele determinou que seus efeitos retroagissem ao dia 31 de dezembro de 2002.

Tais efeitos contrariam todos os princípios estabelecidos na Lei 4.320, que nacionalmente traça as diretrizes do sistema financeiro público e da execução orçamentária, como por exemplo, o regime de competência e do exercício financeiro correspondente ao ano civil.

É patente que os dados do exercício são estanques; não podemos mexer no exercício anterior e esse decreto mexeu, simplesmente ele veio e retirou do balanço compromissos do Estado, ele retroagiu, não consigo entender como um decreto pode retroagir, tendo em vista que eram convênios que foram assinados pelo governo anterior, estavam empenhados, não podia um decreto retroagir.

Então, o decreto do governador retroagiu e cancelou, quer dizer, ele adentrou à contabilidade da administração anterior, eu nunca vi isso, causando um terrível transtorno, Dr. Nestor, Dr. Heron, aos prefeitos que desenvolviam um trabalho, porque o prefeito é o terceiro de boa fé; quando ele contratou um convênio, ele licitou a obra e de repente cancela um convênio, quer dizer, vai causar um transtorno financeiro à situação do prefeito.

Não entendo como pode um decreto retroagir, cancelar essas despesas com alegação de falta de recursos, Mas, não creio que a falta de recursos possa fazer com que um decreto vá totalmente afrontar a lei vigente.

A segunda questão, Dr. Nestor, nós tínhamos um ativo disponível que o Dr. César já coloca, recursos vinculadas. Não vou me referir ao ativo que existia lá no dia 31 de dezembro, que era de seiscentos e oitenta e seis milhões. Vou me ater somente ao superávit que foi conseguido nos quatro primeiros meses.

Nós tivemos um superávit nos quatro primeiros meses, de seiscentos e noventa milhões. Se dividirmos pelos quatro meses, vamos ter um superávit médio, mensal, de cento e setenta e dois milhões e quinhentos mil reais. Isto da arrecadação do IPVA, mas principalmente do incremento que houve no ICMS, porque se comparados as receitas de transferência, vamos ver que elas não foram como projetadas. Ficou em torno de 30%, deveria estar em torno de 33% do retorno, ou seja, das receitas transferidas do governo federal.

O maior incremento foi na arrecadação do ICMS que chegou quase a 39.

Nós queremos crer que esses números continuem avançando, mas a minha pergunta é a seguinte: Mesmo com o superávit de cento e setenta e dois milhões e quinhentos mil reais por mês, os restos a pagar já excluídos estes valores que o decreto simplesmente zerou, nós tínhamos em torno de cento e onze milhões. Mas Dr. Nestor, o que nos causa espécie é que nos quatro primeiros meses foram pagos somente dezesseis milhões e oitocentos mil reais.

Isso dá uma média de quatro milhões e duzentos mil reais por mês.

Se nós projetarmos o valor dos Restos a Pagar que estão consignados, que estão processados e vão ser pagos, nós vamos levar vinte dois meses para pagar. Quer dizer, vamos prorrogar a moratória por mais vinte e dois meses, levando as pessoas que têm a receber, ao desespero. Como muitos já estão, pequenas empresas quebrando, pessoal que não está conseguindo pagar seus funcionários até.

Então, a minha pergunta é esta: se temos recursos em caixa, se temos superávit financeiro, por que não pagar essa conta? E por que estar protelando, pagando-se somente quatro milhões?

São as duas perguntas que faço ao senhor.
Muito obrigado!

O SR. NESTOR BUENO

Deputado Carli, é uma satisfação responder às suas perguntas e elas vêm esclarecer substancialmente o que já devia ter sido esclarecido há muito tempo.

Primeiro, com referência ao decreto. Se o decreto não tivesse retroagido a 31 e nós não tivéssemos tido a oportunidade de manter, escrever como Restos a Pagar, cento e setenta milhões de despesas realizadas pela administração anterior da qual ela não deixou recurso de caixa, nós teríamos que ter cancelado os duzentos e cinquenta milhões de despesas realizadas pela administração anterior. E, deixaríamos parte expressiva, ou a totalidade dos fornecedores e dos prestadores de serviços, principalmente aqueles que prestaram serviços ou forneceram material para a saúde, remédios, vacinas, para a educação, para a segurança pública e assistência social, numa situação bastante complicada financeiramente.

Daí porque a sugestão, o decreto retroagir evitando que tivéssemos que cancelar para o balanço, duzentos e cinquenta milhões de despesas em cumprimento ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Descumprimos, desta forma, numa interpretação um pouco melhor da Constituição, mantendo as despesas realizadas com estas três responsabilidades do Estado.

Com isto, veja o senhor que se não fosse essa condição do decreto retroagir, hoje eu tenho a impressão que o Estado nada mais poderia realizar, porque nós teríamos, aproximadamente, 250 milhões de recursos judiciais e que amanhã ou depois, teríamos que cumprir do orçamento do corrente ano. Daí a necessidade de esse

decreto retroagindo, nós ficarmos com o balanço esperando até que pudesse ser interpretada a Lei de Responsabilidade com mais responsabilidade de manter parte dessa despesa realizada, inscrita em Restos a Pagar.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Dr. Nestor, então veja só, com isso o senhor diz que na verdade não foi cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor cita o artigo 42, mas o 48 também afronta, porque ele especifica que não pode se mexer no exercício, vamos dizer assim, no balanço, para que haja transparência da execução fiscal.

E mais, o que nos causa espécie também: por que foram cancelados só 80 e deixaram cento e poucos?

O SR. NESTOR BUENO

Acabei de explicar, numa interpretação da Constituição. São despesas essenciais que a própria Constituição permite que realmente se proceda dessa forma. Agora veja, o balanço não se fecha no dia 31 de dezembro. A administração anterior, que deixou o governo no dia 31, não entregou um balanço levantado às 6 horas da tarde do dia 31! Esse balanço foi fechado aproximadamente 60 dias depois, tanto é que o prazo para entrega desse balanço, na Assembléia, como prestação de contas da administração anterior é até meados de mês de abril e foi nesse prazo que nós cumprimos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Concordo plenamente com o senhor, que seria impossível fechar o balanço no dia 31, encerrar; tem um prazo decorrido.

Agora, eu só gostaria de reafirmar esta questão, Dr. Nestor, porque quando o senhor coloca que foram gastos cancelados, previstos na Constituição, não foi, veja só, porque tem convênios que foram cancelados e tem convênios que não foram cancelados e muitas vezes a fonte de origem sendo a mesma, a fonte de recursos sendo a mesma. Foi isso que causou espécie a nós, deputados, e também aos prefeitos que tinham estes convênios, nas cidades.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, os convênios realizados com prefeituras para realização de obras, foram convênios realizados mediante financiamentos a essas prefeituras e foram realizadas pela Paranaidade, e não com recursos específicos da fonte 00 do Tesouro.

O SR. HERON ARZUA

Dr. Nestor, deixe eu dar um esclarecimento ao deputado.

Em primeiro lugar, esta situação foi a primeira vez que ocorreu no Brasil. Ninguém sabia qual era a interpretação correta da Lei de Responsabilidade Fiscal. A mim, parece muito estranho que esta lei mande, pura e simplesmente, cancelar tudo. Se o governo não deixou dinheiro em caixa, mande cancelar tudo; é isso que diz a lei.

Mas as coisas não se passam assim, não se pode cancelar tudo como é de vontade da dicção legal. Nós fizemos um processo de discussão intensa sobre qual a melhor interpretação dessa situação. Como todos os Estados do Brasil, com exceção daqueles que os governadores não foram reeleitos tinham essa situação, o próprio governo federal tinha essa situação. Obedecemos a orientação do Ministério Público, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas que fez, inspirado num parecer dado pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, que numa interpretação do contexto da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal você teria que amenizar este mandamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e resguardar aqueles gastos que são a própria razão do Estado, Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, embora a letra fria dissesse isso, na verdade, numa interpretação em conjunto, não é isso que ela queria dizer. Para isso nós levamos muito tempo até entendermos qual seria, porque a letra fria da lei mandava pura e simplesmente fazer o seguinte: “cancela os 252 milhões”. Não deixou dinheiro, cancela, e os responsáveis têm que ser denunciados ao Ministério Público.

Então, esse prazo, foi prazo de interpretação da lei; primeira vez no Brasil.

Como o Governo Federal adotou essa solução, baixou um decreto, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento; todos os Estados tiveram essa orientação de fazer um decreto resguardando os Restos a Pagar daquelas atividades consideradas essenciais para o Estado.

Na verdade, o decreto não é retroativo, ele tenta consertar uma situação derivada de uma interpretação, que até então não se tinha. Não existe nenhum autor que comenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tenha feito essa observação - que fazer com os Restos a Pagar, quando não se tem dinheiro em caixa? A outra solução que foi aventada pelo Estado de Santa Catarina foi a seguinte: vamos esquecer os restos a pagar e vamos colocar de volta no orçamento deste ano e vamos pagar este ano. Agora existem despesas que, efetivamente, não temos um amparo legal para manter; são esses convênios que V. Exa. está falando.

Eu, como advogado não entendo isso. Acho que quem vendeu, quem forneceu, seja qual tipo, quem se comprometeu, a minha postura, é de que tudo isso teria que ser pago. O problema, se tinha dinheiro em caixa ou não, é outro. O problema de responsabilidade, também é outro. Agora, isso é decorrência de uma interpretação que veio da União Federal e do consenso dos Estados, o que não significa que esses convênios não possam ser executados. Já recebi citação, lá na Secretaria da Fazenda, de empresas e de municípios que entraram contra o Estado pedindo esse dinheiro. E tem um caso que o juiz concedeu a liminar.

Então, os senhores vejam, que essa é uma discussão mais profunda. E só vamos ter essa repetição daqui a 4 anos, ou nos municípios daqui a 2 anos, quando mudarem os prefeitos, qual vai ser a atitude dos atuais com relação aos Restos a Pagar e daqueles que vão entrar, que vão se defrontar com esse problema.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, com relação à segunda pergunta. Esse superávit deveu-se, evidentemente, ao comportamento da receita, mas também à contribuição da contenção das despesas fiscais, principalmente em decorrência da moratória decretada pelo Governador. Gostaria de lembrar ao deputado que durante 90 dias o Estado não gastou um tostão. Isso não vai acontecer no próximo quadrimestre, infelizmente. Acredito que nós não teremos uma moratória de três meses. Se tivermos, vai aparecer novamente um superávit. É superávit orçamentário, não é dinheiro.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

É o superávit do que você arrecadou, do que gastou...

O SR. NESTOR BUENO

Arrecadou-se, mas reprimiu-se a despesa. Não se fez despesa nova.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sabemos que o Estado está paralisado. E queremos que o Estado logo comece a investir esses recursos para impulsionar a economia. O senhor poderia nos dizer qual o volume de recursos que o Governo do Estado tem em caixa hoje?

O SR. NESTOR BUENO

Hoje, deixe-me lembrar da posição de ontem; seria, aproximadamente, recursos não vinculados, uns 12 milhões, e recursos vinculados, 200 milhões. Em números redondos, 200 milhões, dos quais só do Fundef e Salário-Educação, 170 milhões, dinheiro que nós não podemos usar a não ser para essas duas despesas: ensino suplementar e salário-educação primária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Com a palavra, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhor secretário Heron Arzua, Dr. Nestor.

Confesso que fico muito feliz com sua exposição, com sua maneira gentil, educada, e pela transparência com que coloca os números, as informações, se abstendo de qualquer manifestação partidária. Coloca com transparência, com isenção que, aliás, lhe é própria. Recordo-me que em anos anteriores, a confusão, como o senhor mesmo colocou, e os técnicos são exatamente os mesmos. E já aconteceu, em anos anteriores, de alguns

quadros virem também de forma diferente ou serem feitos adendos aqui na hora da prestação pública de contas. Isso foi motivo de inúmeras discussões e de constrangimento para os técnicos. E os nossos parlamentares, tanto da Situação, quanto da Oposição, entenderam e lhe tratam com o respeito que o senhor também trata todos os senhores parlamentares. O senhor, inicialmente, está de parabéns.

Mas, tenho algumas perguntas a fazer, recebi de V. Exa. - da Secretaria da Fazenda, no dia 14 de abril, um ofício onde indagávamos, efetivamente, os recursos vinculados, não-vinculados da administração direta, da administração indireta, enfim, há dados, há números que se contradizem ao longo desse período. No ativo permanente, se fôssemos somar aqui, e quando essa informação dia 14 de abril, daria, aproximadamente, 484 milhões, o ativo disponível. Vemos aqui, no balanço, um número diferente de 685 milhões. Só lembrando que existem algumas diferenças bastante significativas nesses números. Mas algo me chama bastante a atenção, Dr. Heron.

Nesse mesmo Ofício do inciso B, diz assim: Disponibilidade financeira do Tesouro - Administração Direta, disponibilidade de caixa, de acordo com as disposições do artigo 42 da Lei Complementar 0/00. Agora o Dr. César nos falou em duzentos e dezessete mil reais. Eu indaguei se ele tinha conhecimento pleno que no dia 31 de dezembro - ele mesmo afirmou -, que a compensação se deu, de 45 milhões de reais. Só pontuando algumas contradições, para objetivamente fazer a primeira pergunta.

Nessa mesma solicitação, também solicitei o critério, o mérito dos cancelamentos que foram feitos e restos a pagar. E o senhor me disponibilizou inclusive informações bastante volumosa, a Liderança da Oposição teve o capricho de consolidar todos esses dados, porque eles vieram soltos, foram informações através de vários extratos. Mas, então, pergunto: se o saldo das disponibilidades financeiras em 31/12 de 2002 na fonte zero/zero, Tesouro/Administração direta era, zero, ou seja, não havia nenhum recurso conforme demonstrado no Ofício do Secretário da Fazenda, qual a razão de permanecerem Restos a Pagar, já que a disponibilidade era zero do tesouro, o valor de cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e um mil novecentos e sessenta e quatro? Quadro acima, que nós consolidamos.

Conforme relatórios da Secretaria da Fazenda: S/A 220; FRR 2110R de 24/04 de 2003 que, reafirmo, foram consolidados na Liderança da Oposição e foram encaminhados pela Secretaria da Fazenda, respondendo Ofício de solicitação da Liderança da Oposição. Não consigo entender se o fundamento que justificou o cancelamento de restos a pagar, foi a falta de recursos e de todas as contradições de números que já aqui coloquei, está evidenciado 51 bilhões, 581 mil. Claro, obviamente que esses recursos tinham que existir, onde é que eles estavam, ou não estavam, houve flagrante contrariedade da lei.

O SR. HERON ARZUA

Do que eu entendi da explicação, não tenho condições de verificar do ofício de 24/4 que está dito.

Agora, quanto ao critério, parece-me que já foi explicado. A diferença entre você ter um saldo e ter recursos vinculados que você não pode mexer. Eu também estranhei isso, a princípio, porque o secretário Ingo Hübert me disse exatamente isso, que nós estávamos numa situação de caixa confortável. Ou ele não me disse ou eu não entendi direito, que parte desses recursos não poderia ser mexido. Quanto às contradições, os números variam praticamente dia-a-dia. Sou dos que mais apanham na Secretaria da Fazenda para entender isso. Aliás, quando começo a entender quadro, o pessoal técnico, muda o quadro. Daí, já não entendo mais.

Mas terei satisfação em responder item por item, se V. Exa. fizer isso por escrito, porque não tenho condições de responder agora. Veja! Não foi questão de crítica, nós temos que resolver um problema que a Lei de Responsabilidade Fiscal mandava cancelar tudo. E outra, que nós tínhamos dinheiro em caixa. Os 45 milhões, que nós tivemos que pagar uma dívida que já tinha vencido, nós não sabíamos, nós recebemos o aviso com 24 horas, dizendo que se não pagasse, vencia a dívida inteira, e eu achava que isso já tinha sido pago! Então nós usamos esse dinheiro dos 45 e mais algum que nós catamos, para pagar essa dívida!

Aliás, isso é parênteses que vamos ter que mudar nas relações entre a União e os Estados, porque os avisos chegam com menos de 48 horas para você tomar situação. Não só para nós, como também para os municípios. Aliás, Minas Gerais já teve um problema sério por causa disso.

Então, existe efetivamente essa discrepância. Nós tentamos salvar dos restos a pagar e não colocá-la no orçamento deste ano, que além do problema financeiro, nós temos o problema orçamentário, que está ficando cada vez mais grave agora, em função do orçamento ter sido feito em valores de julho do ano passado, eles estarem defasados, nós vamos ter que proceder algumas correções, mas, terei satisfação de responder item por item essas contradições. Até me interesse em saber, por que, como é que eu posso ter assinado um ofício dizendo uma coisa e hoje chego e tem outra coisa?

O SR. DURVAL AMARAL

Nós sabemos que no mês de maio, tivemos uma diminuição da Receita. Pergunto. - Qual o valor total correspondente à renúncia fiscal representada pela isenção do ICMS, concedida às micro e pequenas empresas do Estado do Paraná? Pergunto ainda, esse montante está diretamente relacionado, na sua opinião, à queda da arrecadação verificada nesse mês de maio? Pergunto ainda V. Exa., - a edição do referido Decreto se fez acompanhar da estimativa, do respectivo impacto orçamentário financeiro, nesse exercício e nos dois subsequentes? E houve ainda o cumprimento das demais

condições estabelecidas no artigo 114 da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. HERON ARZUA

Nós, na exposição de motivos que fizemos ao governador, cumprimos a legislação. Embora isenção geral não haja essa necessidade. A lei não fala em isenção geral, só fala em isenção específica. A isenção da microempresa é considerada no Brasil inteiro, como fora desse contexto, porque é uma determinação da própria Constituição Federal que você ampare a microempresa. Artigo 179 da Constituição. Então, alguns entendem que com relação à microempresa você não precisa cumprir os itens da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós fizemos até para ter uma idéia do que estava acontecendo.

As 50 principais empresas do Estado recolhem 66% da arrecadação, no mês de maio. Eu tenho a relação aí, dessas empresas.

A estimativa da isenção da microempresa dava 0,6% da arrecadação total, se eles pagassem. Só que verificamos o seguinte: eles nunca pagaram. Nós mandamos um projeto aqui para a Assembléia, anistiando, porque eles não pagavam. Havia uma distorção no sistema anterior, que não era uma distorção privativa do Paraná - todas as microempresas do Brasil - em que a primeira faixa, aquela que pagava fixo, no Estado do Paraná, era 37 reais e depois foi para 43 reais, ela proporcionalmente pagava mais que as faixas subsequentes.

Então, respondendo: hoje eu poderia abandonar 169 mil empresas no Estado e ficar com a Copel, com a Petrobrás, com os supermercados, com as montadoras, com as empresas de bebidas, de cigarros e mais algumas indústrias no Estado, o que me faz supor que o deputado Haully tenha razão quando quer apresentar um projeto de reforma tributária, tributando só seis itens da produção e do consumo.

Então, o que quero dizer, deputado, é que a nossa arrecadação está extremamente concentrada na parte de petróleo, combustíveis e substituição tributária, que chegam a 70%, mais ou menos, da receita. Isto é até um motivo de aflição, porque na verdade as empresas são meros agentes recolhedores. O ICMS é um imposto de consumo, quem paga é o povo, que compra tudo isto, mas, os agentes que estão recolhendo são muito poucos. Isto até me fez sugerir na reforma tributária - obviamente não foi aceita - de que o ICMS poderia, a exemplo da França, livrar o varejo da tributação. Abandona-se o varejo. Não interessa o negócio de nota, minha nota vale uma nota, nota fiscal, não sei o quê. Não interessa. O ICMS é um imposto de valor agregado. Os picos da arrecadação estão na importação, na indústria e na agricultura e no comércio atacadista. Fora daí, não existe.

Ontem me dizia o secretário da Receita do Estado, Dr. Luiz Vieira, que não houve o menor índice de diminuição em função do novo sistema de microempresa. Ou porque eles já não vinham pagando, ou porque eles não pagam nada, nunca pagaram, ou porque a economia

informal desta gente é muito grande. Nós tínhamos e temos esperança que as microempresas passem a comprar com nota. Estou verificando agora, é que só o ICMS não adianta; se não fizermos uma recomposição em termos de PIS, COFINS, impostos federais, CPMF, a microempresa não vai ser malhada pelo fisco estadual.

Mas, respondendo à sua pergunta: é nada a arrecadação desta gente. Nós poderíamos isentar muito mais que isto.

O SR. DURVAL AMARAL

Uma última pergunta, Dr. Arzua. Vou até fazê-la ao Dr. Nestor, porque penso que o senhor talvez nem saiba da informação que vou lhe trazer neste momento.

Dr. Nestor, em 17 de fevereiro de 2003, foi disponibilizado no site da Secretaria da Fazenda o relatório da gestão fiscal referente aos meses de janeiro a dezembro de 2002, onde constava a disponibilidade financeira do Estado, da ordem - naquele site - de 592 milhões e 600 mil. Uma semana depois, as informações desapareceram do sistema da internet, obviamente. Constava somente o aviso de manutenção.

Como nós fazíamos o acompanhamento diário, tenho aqui e vou encaminhar ao secretário com as informações que aqui estou relatando, porque isto não tirei, exatamente do site da Secretaria da Fazenda - que depois acabou desaparecendo. E os números, na seqüência, voltam a ser contraditórios.

Após a inclusão dos dados no primeiro quadrimestre de 2002, todo o exercício de 2002, não aparece mais, inviabilizando qualquer possibilidade de comparação entre 2003 e 2002! Obviamente, está-se negando o acesso ao público às informações, contrariando o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 48 e 49.

Só uma última colocação, não em tom de crítica, mas para que isto não se repita, porque sempre queremos recebê-los muito bem, como assim o estamos neste momento, mas a pergunta é: por que não foi realizada a audiência pública, Dr. Nestor, em 28 de fevereiro de 2003 com as demonstrações financeiras do terceiro quadrimestre de 2002?

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, com referência à disponibilidade financeira, foi explicada que a existente na internet era referente ao terceiro quadrimestre de 2002 e que dizia respeito à disponibilidade financeira do Estado do Paraná, ou seja, era a disponibilidade de caixa do Tesouro, disponibilidade financeira do Tesouro e disponibilidade do Estado, incluindo não só os três Poderes, mas também as 54 empresas dependentes do próprio Tesouro.

Com referência à retirada da internet, eu gostaria de uma informação da informática, pois eu não tenho essa informação, não sei dizer-lhe...

Estou recebendo a informação que foi retirada para mudança e colocação dos novos dados em exigência da

Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, se for o caso, podemos mandar restaurar novamente os dados de 2002, se forem interessantes.

O SR. DURVAL AMARAL

Acredito que da maneira que o secretário vem conduzindo, o próprio governador, com muita transparência, acho que seria conveniente.

O SR. NESTOR BUENO

Tudo bem, não há problema algum.

A partir, possivelmente de amanhã, já teremos esses dados na internet.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhor secretário, senhores deputados.

Gostaria de fazer duas perguntas ao secretário, Dr. Heron Arzua:

Nesta prestação de contas, nesta audiência pública que, na verdade, é uma audiência pública como determina a Lei e como disse o nosso presidente, qualquer cidadão presente nesta Casa poderá levantar-se e fazer qualquer tipo de colocação às partes aqui presentes, até porque a lei determina isso, é claro que respeitando-se a seqüência das inscrições dos deputados.

Eu achei importante tudo que foi apresentado aqui, os pontos positivos desta prestação de contas. Verificamos que o resultado nominal acusou a redução da dívida consolidada líquida em relação ao valor apurado em 31.12.2002 de 11,01; o resultado primário alcançado foi superior a 106,12% em relação ao mesmo período do exercício de 2002 em função do aumento da realização da receita.

Na execução orçamentária, no primeiro quadrimestre, o Estado teve superávit de 17,90% de acordo com os dados em relação à receita. Observando-se rigorosamente a realização da receita para execução das despesas e despesas com pessoal, o Estado apresentou índice de 41,83 de sua receita corrente-líquida no comprometimento com o pessoal, incluindo os inativos e pensionistas.

O Estado, então, está atendendo à Resolução do Senado e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto ao limite máximo para capacidade de endividamento, pelo menos é o que vimos aqui. Está de parabéns o Governo do Estado por, nesse primeiro quadrimestre, cumprir religiosamente o que determina a lei.

Em cima disso, senhor secretário, e o senhor teve duas falas durante a sua manifestação que chamou-me a atenção: V. Exa. falou que os técnicos são os mesmos,

que mudou apenas o comando, mas que os técnicos são os mesmos; o senhor citou ainda que a situação do Estado é confortável perto de outros Estados e também disse que é mais advogado que técnico, e isso nos preocupou, porque recentemente, o Estado do Paraná, na figura de S. Exa. o governador Roberto Requião, cancelou o curso de Medicina em Ponta Grossa, alegando problemas financeiros!

V. Exa. acabou de frisar, os técnicos que colocam no Orçamento o dinheiro para a Universidade de Ponta Grossa são os mesmos que permanecem no governo de hoje, e o Estado cancelou os recursos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, curso de Medicina, em função de Lei de Responsabilidade, como escreveu o Dr. Sergio Boto, procurador do Estado, na sua participação na derrubada da liminar que acabou com o curso de Medicina em Ponta Grossa!

Diz o procurador, na sua fala: “A declaração do ordenador de despesa é outra exigência legal que não foi obedecida, porque a afirmação de que a despesa autorizada tinha adequação legal e orçamentária, não se limita a uso e inclusão no PPA, LDO E ALOA, mas também aos relatórios que demonstram a possibilidade de execução da despesa, ante a disponibilidade financeira, e sem comprometer o que já está planejado e vinha sendo executado. Como esse cuidado não foi observado e como na atualidade o planejamento constatou que não haverá disponibilidade financeira para atender os projetos antes iniciados, e menos ainda para os novos projetos incluídos nas leis orçamentárias, várias despesas novas e outras, que podiam ser reduzidas, foram cortadas”.

Daí vem a minha pergunta em cima de tudo isso: como que o Estado cancelou dois milhões e pouco deste ano, que seria para manter o curso da Universidade de Ponta Grossa e o mesmo Estado autorizou a gastar-se quatro milhões, quinhentos e dezoito com a “Unespar” que fez um convênio, que foge também da lei, porque o convênio deveria ter passado nesta Casa. O convênio foi feito baseado num argumento e o Estado repassa este ano quatro milhões, quinhentos e dezoito para a Faculdade de Bandeirantes!

Então, queria saber em cima disso. O senhor que é advogado é o nosso secretário das Finanças do Estado do Paraná, nos dissesse como que se conseguiu fazer isso? De um lado o procurador diz que não pode, e de outro, o Estado vai e repassa o dinheiro para a Faculdade de Bandeirantes! Esta é a primeira pergunta.

O SR. HERON ARZUA

Bom, eu já tenho problemas muito sérios na minha seara. Não vou entrar na seara de Universidade de Ponta Grossa, até porque desconheço esse assunto. Isso é decisão do governador; V. Exa vai ter que falar com o governador, não comigo.

Eu não tenho condições de responder por que uma emenda de um deputado foi aceita e a de outro não foi

por que cancelaram a Universidade de Ponta Grossa e deixaram a de Bandeirantes, não tenho a menor idéia!

O SR. JOCELITO CANTO

V. Exa. é o secretário das Finanças do Paraná!

O SR. HERON ARZUA

Podia ser até o vice-governador!

Estou lhe dizendo que não é assunto que me compete!

O SR. JOCELITO CANTO

O senhor está dizendo que, como secretário, não sabe responder a essa pergunta?

O SR. HERON ARZUA

Exatamente! Eu, como secretário da Fazenda! Não fui consultado, nunca ninguém conversou comigo sobre esses assuntos, e não tenho condições de responder!

Eu não sei!

O SR. JOCELITO CANTO

O senhor não foi consultado para fazer esse repasse à Unespar? O senhor está dizendo isso?

O SR. HERON ARZUA

Estou dizendo que a questão das universidades a Secretaria da Fazenda obedece ordens.

Quando vem para pagamento, o mérito é analisado na secretaria própria, não na Secretaria da Fazenda. Eu sou um mero pagador.

O SR. JOCELITO CANTO

Mas, paga o que é ilegal?

O SR. HERON ARZUA

Não. Já vem com todas as características de legalidade. Até porque tenho quatro membros do Ministério Público lá no meu prédio todos os dias verificando isso. Não me parece que isso tenha sido ilegal. Se fosse, nós não pagávamos!

O SR. JOCELITO CANTO

Sim, porque o procurador diz que é ilegal para Ponta Grossa e daí o Estado repassa para outro lado.

O SR. HERON ARZUA

Então, V. Exa. requeira a presença do procurador, aqui! Eu não posso responder por todos os secretários e procuradores, aqui! Eu não posso responder por todos os secretários e procuradores do Estado. Ainda mais numa questão dessas eminentemente política de universidades de medicina em Ponta Grossa!

O senhor devia, como prefeito que foi em longo tempo, ter feito isso lá, por que não? Por que o senhor não fez com os recursos do município? Podia ter feito, não é? Não fez!

O SR. JOCELITO CANTO

Estamos aqui falando de prestação de contas do Estado, não estamos falando da Prefeitura de Ponta Grossa!

Gostaria de fazer mais uma pergunta, senhor presidente, ao secretário, e essa pergunta é sobre o pedágio.

Agora há pouco eu ouvi aqui e me assustei com a resposta do secretário das Finanças, quando disse que não sabe de onde vai sair o dinheiro para encampar o pedágio! Disse ao deputado Plauto!

Chamou-me a atenção porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o projeto que o governo do Estado mandou a esta Casa - e eu convidei V. Exa., senhor presidente, hoje, para saber se exatamente este encampamento que o governador mandou, item a item, das seis praças de pedágio, se era exatamente isso que a Assembléia havia recebido.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, no artigo 16 que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta o aumento da despesa será acompanhada de: 1º) estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois anos subsequentes; 2º) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tenha adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu estranho, porque V. Exa. diz que não sabe de onde vem o dinheiro, mas o Governo do Estado mandou a encampação para cá e pede para esta Assembléia aprovar, sem mandar o que determina a lei, porque, se o Estado vier encampar o pedágio, vai ter que ter dinheiro para pagar as concessionárias. Então, a pergunta que eu faço ao secretário é: realmente virá esse segundo documento, esse anexo de impacto nas finanças para os próximos dois anos, para podermos votar este pedido de encampação do governador?

O SR. HERON ARZUA

Eu também não sei, eu não sei.

Quando eu disse que não tinha dinheiro, estou me baseando no orçamento que V. Exas. aprovaram, o que tem no orçamento, que tem nas despesas, os compromettimentos. Agora, fatos novos como esse de encampação, que surgiram agora, há 10, 15 dias, é absolutamente impossível! Não sei se vamos arranjar dinheiro com o Governo Federal, se é a própria tarifa que vai pagar o pedágio ou qual é a intenção.

Não tenho a menor idéia; não posso responder!

O SR. JOCELITO CANTO

Mas o senhor acha que o governo pode mandar esse projeto para cá, sem essa lei?

O SR. HERON ARZUA

O senhor discute aqui na Assembléia, o senhor é deputado, o senhor vai discutir aqui: não sou eu o interlocutor disso e nem conheço os projetos! Não foi me dada audiência também, nem teria porque dá-la ao secretário da Fazenda sobre matéria de pedágio.

Não tenho nada com isso.

O SR. JOCELITO CANTO

Mas é uma medida que vai afetar as finanças do Estado, se houver encampação.

O SR. HERON ARZUA

Não, não vai afetar porque as finanças estão todas regradas no orçamento que V. Exas. aprovaram, e eu não posso sair disso aí!

Isso que eu disse para o senhor, qualquer um sabe, basta olhar os números, basta olhar o orçamento! O senhor não precisa perguntar para mim!

O SR. JOCELITO CANTO

Mas, como é que vai pagar a encampação, se o senhor disse que não está previsto?

O SR. HERON ARZUA

O que eu estou dizendo é que não está previsto, e o senhor não precisa perguntar para mim, basta ver o orçamento, o dinheiro, os comprometimentos que temos, para ver que não dá para pagar pedágio com o dinheiro do orçamento!

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de colaborar com este questionamento ao secretário Heron Arzua, para esclarecer ao deputado Jocelito Canto que o projeto que tramita na Assembléia Legislativa, a partir do momento que o presidente fizer a leitura, que diz respeito à encampação, nós aqui deveremos votar uma autorização. E, no seu artigo 3º, expressa exatamente aquilo que a Constituição emana sobre a lei que determina a encampação ou não de uma concessão, qual seja: a encampação será realizada pelo Poder Executivo imediatamente após o cumprimento da indenização. Então, estaremos aqui aprovando apenas a autorização! Para o Poder Executivo encampar as despesas orçamentárias, as despesas com indenização, terão que ser realizadas previamente. Isso, com certeza, não é uma relação ao quadrimestre passado! O pagamento será no futuro.

Por isso, o secretário Heron Arzua não tem nenhuma obrigação de trazer essa discussão aqui, agora. Mesmo porque a perícia a respeito dos custos dos investimentos e dos bens reversíveis sequer foi feita ainda pelo órgão próprio; deverá ser!

O SR. JOCELITO CANTO

Mas a lei não diz isso, deputado Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu pediria que restringíssemos a questão da convocação do secretário. Este assunto o secretário estará à disposição no futuro para comparecer a uma Sessão aqui na Casa, se assim for convidado.

Vamos nos restringir à audiência pública para a qual ele foi convocado hoje.

O SR. JOCELITO CANTO

Só levantei essa questão, porque outro dia, deputado Vanhoni, aprovamos aqui nesta Casa mais de 200 cargos! E não havia esse impacto financeiro na folha de pagamento do Estado. Os cargos do Teatro Guaíra foram feitos esses dias, da mesma forma passou pela CCJ, passou por vários locais e não teve o impacto financeiro!

Só para destacar, porque esta Assembléia é para cumprir a lei. E é exatamente isso que estou fazendo neste momento.

Quanto ao pedágio volto a insistir, respeito a opinião do deputado Vanhoni. Não sou advogado, estou apenas baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, e vou discutir isso quando o projeto também passar pela CCJ, mas entendo que o Governo, ao propor a encampação, terá que dizer que ele pode encampar, se tiver condições, porque ele tem que ter dinheiro para encampar!

Estamos falando da prestação de contas e do quadrimestre, mas também há uma previsão na questão dos próximos quatro meses, que o Governo pode já projetar o que fará, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessa audiência, ele também pode dizer aos deputados, ao povo do Paraná, o que ele vai propor. Não há impedimento de ele mostrar, aqui que nos próximos quatro meses ele fará isso, isso e aquilo. É uma questão de transparência!

Gostaria de agradecer e dizer que essa é a nossa preocupação.

Fica registrado na Ata desta Sessão, essa minha participação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Muito obrigado, senhor presidente.

Dr. Heron, quero primeiro parabenizá-lo e a toda a sua equipe, pelo trabalho que vêm desenvolvendo neste início de Governo, principalmente pelo apoio que têm dado aos deputados desta Casa, em especial às indicações que tenho feito para esta sua pasta, de empresários do nosso Estado que estão tendo problemas e que o senhor tem ajudado a resolvê-los.

Quero fazer um comentário em cima da explanação aqui colocada. Fico preocupado quando vejo que temos uma dívida de precatórios. E aí, quero dizer que o deputado Ribas Carli tem toda a razão, quando cita que para este assunto temos que achar uma saída, talvez no âmbito federal, porque dos vários tipos de precatórios

que temos, eu pelo menos aqui posso citar dois tipos que são antagônicos, alguns precatórios de dívidas, que aqui não me ocorre nenhum, mas são vultosas quantias e que, como uma bola de neve, quase que impagável.

Então, tem que se discutir até onde se pode fazer uma possível renegociação, onde fique dentro de uma realidade, que o Estado possa então cumprir com os seus compromissos, sem que isto venha a trazer problemas seriíssimos para o Estado, e fazendo uma verdadeira poupança para alguns setores que fizeram de precatórios ou querem fazer - uma aposentadoria.

E tem os precatórios que são de alimentação, de dívidas trabalhistas; são números pequenos mas deixam um número muito grande de famílias numa situação complicada até de continuidade ao seu direito à cidadania.

Então, neste sentido, embora sei que não tenhamos ainda no momento nenhuma avaliação de como se deve tratar esses casos, mas queria saber se já tem por parte do Estado uma política de pagamento, ou se se cumpre uma tabela, ou se se pode pular, por exemplo, uma pagamento muito vultoso para pagar alguns pequenos, principalmente de dívidas trabalhistas.

Segundo, queria dizer que ao mesmo tempo em que tenho orgulho de ser deputado pelo meu Estado, tenho uma tristeza de ver que nós estamos aqui sabendo que tem uma dívida citada, agora, que eu achava que era de trinta, mas que é de quarenta e cinco milhões por mês para pagar um empréstimo feito ao Banco Central, de um Banco do Estado do Paraná que nós entregamos e ficamos com uma dívida que, pelos cálculos, passa longe de 15 bilhões. Quer dizer, demos o Banco e devemos 15 bilhões ou mais! É uma vergonha, eu, como deputado, saber desta situação. E o Banco Central faz um empréstimo desse para o Estado do Paraná!

Será que no Banco Central não havia uma política mínima? Se eu, enquanto cidadão, for a um banco e fazer um empréstimo, além de me pedirem garantia, certidão negativa e tudo que tem de direito, e que não em de direito, se eu quiser construir uma casa hoje - já fui me certificar - tem um valor limite que às vezes não dá!

Então, a dificuldade para se tomar um dinheiro público, mesmo aqueles que pagam, ainda é muito grande! E o Estado vai e o Banco Central dá um aval de uma dívida dessas que endivida o Estado do Paraná de tal maneira que me sinto envergonhado, como deputado.

Queria saber neste sentido: nós estamos honrando esse compromisso? Estamos tentando uma conversa com o Banco Central, CPI do Banestado aqui, pode ajudar nessa vergonha que é este descaso com o Estado do Paraná, essa dívida do Banestado? E aí fico preocupado quando vejo alguns deputados de Oposição dizerem que o nosso Estado está bem e que o governo passado não gastou o que poderia gastar, que teria até 200% de endividamento para fazer e só fez 150%.

Ora, se eu sou deputado e alguém pode me dar um crédito para eu gastar o dobro e gasto uma vez e meia,

estou me endividando de uma maneira que talvez não saia tão fácil da situação em que vou me encontrar.

Então, o Paraná se endividou, sim, é um Estado falido hoje no seu contexto econômico. Não me venham dizer que tem seiscentos e poucos milhões em caixa; foi explicado que não temos e aqui entra minha pergunta: nesse estado quase falimentar em que o Estado do Paraná se encontra, temos alguma previsão, por exemplo, para reajuste dos servidores? Tivemos aqui os servidores da Saúde, que estão em uma situação lamentável, de penúria salarial no Estado do Paraná, com oito anos, praticamente, sem reajuste. Temos, já, um direcionamento, deixando de pôr dinheiro para o Banco Central, do Banestado, e deixar uma parte para fazer um aporte de reajuste, principalmente aos servidores que se encontram oito anos sem algum tipo de reajuste? Vamos fazer uma política nesse sentido?

Encerro dizendo que a única discordância que tenho das palavras do Dr. Nestor - se não me falha a memória, aliás, o parabenizo pelo conhecimento que V. Sa. demonstra desta tribuna. Única discordância é quando o senhor diz que, infelizmente, não vamos ter a moratória no próximo quadrimestre. Eu digo: felizmente não vamos ter! A moratória foi um remédio necessário para a Estado Paraná; amargo, porém necessário. A moratória serviu como um instrumento de descortinar contratos nebulosos, contratos feitos na calada da noite, contratos de interesses escusos até, e com certeza, não vi ainda e gostaria até de saber se esses três meses de moratória foram suficientes para que se descortinasse o que estava escondido por trás de certos contratos aqui no Estado.

Então, foi um mal necessário, bons credores pagaram por esses contratos que infelizmente vocês tiveram. O Estado do Paraná, neste momento é um Estado que apesar de ser a quinta potência da nossa Federação, não tem os recursos que deveria ter, que foi mal administrado, sim, nos últimos anos, com maus contratos, com acordos expúrios, em especial esse do Banestado, que não consigo engolir.

Queria saber se temos uma previsão para um reajuste, por mínimo que seja, para os servidores que estão oito anos sem essa condição e se V. Sa. teria condições de receber por exemplo, o DIESE, que é um órgão que tem dado apoio técnico e econômico aos trabalhadores, para uma conversa franca, olho no olho, como sei que é o estilo desse governo e da Pasta que V. Sas. estão coordenando.

Muito obrigado!

O SR. HERON ARZUA

Com relação aos precatórios - nós já reiniciamos os pagamentos dos precatórios trabalhistas e dos precatórios cíveis alimentares. Não só porque é uma determinação da Constituição, - dar prioridade a isso -, como estamos fazendo acordo com os respectivos Tribunais, do Trabalho, de Justiça e o Tribunal Federal.

Então já começamos, já disponibilizamos uma parte da nossa Receita, fizemos um acordo com os Tribunais e estamos entregando mensalmente uma quantia para pagamento desses precatórios que temos.

É evidente que nós não podemos descumprir a ordem; a hora que chegar a vez do precatório da Central do Paraná, se não ganharmos a ação no Supremo Tribunal Federal, o Estado vai ficar paralisado, sendo cerca de 40 bilhões e 600 milhões. A ação que o Estado propôs em 1992, no Supremo Tribunal Federal argumentando que essa dívida já foi paga, que hoje, depois de 11 anos, está sendo decisão do Tribunal está 3x1 contra o Estado! O único voto favorável foi do ministro Nelson Jobim.

Com relação ao Banestado - li aqui o depoimento do ex-presidente Fayet, que disse que se nós tivéssemos vendido o Banco em 96 ou 97, nós ainda teríamos ficado com 300 milhões no caixa! Claro que depois veio a crise do sistema nacional, o Banestado foi embora, e nós estamos devendo cada vez mais e mais, não sei quanto do Banestado nós vamos pagar. Isso, em função do índice, os senhores ouviram a explicação do Dr. Nestor, que a correção das dívidas se faz pelo índice que segue o dólar - da variação cambial, e o ano passado por exemplo, foi de 26%, quando a inflação foi 12%. Como existem alguns Estados com situação desesperadora, como o Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais pedindo para que troquem esse índice, o Paraná está junto, tentando minorar os efeitos dessa dívida.

Agora, nós não podemos deixar de pagar a dívida. Que bom se pudéssemos pegar esse dinheiro e pagar outra coisa, porque, no mesmo dia que não paga, o Tesouro Nacional nos corta as transferências dos Fundos Federais.

O SR. NATÁLIO STICA

O Banco Central não é co-responsável por uma ação desse tipo, já que ele deu o dinheiro? Que critério houveram para que desse esse dinheiro?

O SR. HERON ARZUA

O diagnóstico que tenho dessa situação é que o Banco Central foi, no mínimo, omissos, com relação ao Banestado, tais os fatos que ocorreram de 96 a 99. Pelo menos a omissão ficou caracterizada.

O SR. RAFAEL GRECA

Uma pergunta, secretário: a dívida, cada vez que o dólar sobe, ela se multiplica?

O SR. HERON ARZUA

Sim! Nós já tivemos o pagamento de dólar a 3.60, a dívida externa que o Estado deve e muitas delas, vinculadas à variação cambial, sim, elas se multiplicam. As dívidas do sistema financeiro têm um índice de correção extremamente generoso em relação aos demais índices.

O SR. RAFAEL GRECA

Sim, por exemplo, dívidas feitas no tempo do Plano Real, dívidas da Prefeitura de Curitiba com o BID, ao tempo que eu era prefeito, que era em real igual a um dólar, no momento em que viraram vezes três, elas se multiplicaram por três. É isto?

O SR. HERON ARZUA

Sim. Isso mesmo. Infelizmente é isto. Mas, existe um movimento nacional para que o Senado Federal redefina este índice.

O SR. NESTOR BUENO

Dr. Heron, seria importante que o senhor informasse também ao deputado, que os precatórios até 40 salários mínimos - nós estamos obedecendo a ordem - estamos pagando à medida que eles chegam.

O SR. HERON ARZUA

Sim, mas isto é determinação da Constituição Federal, estamos observando e pagando.

Com relação à questão do Banestado, é muito complexo. A questão de previsão de aumento, os senhores vêem que não há movimento nenhum no Brasil, em nenhum Estado, de reajuste de funcionários. Isto é uma coisa preocupante. O governo federal deu 1%, na mesma situação nossa, aqui, dos 8 meses.

Nós esperamos, fizemos uma projeção, uma estimativa de receita e despesa e mandamos para a Secretaria da Administração para ver se é possível, dentro desta estimativa, recompor um pouco dos salários dos funcionários.

Existe uma orientação do governador, que eu vi ele passar ao secretário Reinhold Stephanes, que teria que resolver de imediato a situação dos funcionários que estão menos favorecidos, do quadro geral. Aqueles, inclusive, que não têm sindicato, não têm defensores, são os excluídos até da defesa do sistema, que é o quadro de apoio, e o quadro geral, é dividido em três.

Então, a estes mais baixos, o governador pediu uma solução meio urgente. Com relação aos demais, eu acho que não mandamos todos os dados ainda para a Secretaria da Administração, porque ela precisa de um dado específico, concreto, e quanto vai dar a receita, uma projeção - mesmo segurando tudo - quanto é que vai dar, para ver quanto o governador pode dar. Há sugestões para que sigamos o Governo Federal, e dê 1% para todo mundo, - o que não vai ser possível, no nosso caso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Eu consulto V. Exa., se consta minha inscrição. Achei que eu estivesse inscrito.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Que eu me lembre, o deputado José Maria se inscreveu antes de mim. Se o senhor quiser fazer uso da palavra, por favor.

Bom, primeiro que o Governo Federal trabalhou um abono, também, de 50 ou 49 reais, o que atingia aqueles funcionários que ganham até mil reais, em torno de 5%, talvez tentando estabelecer, através do abono fixo, um percentual diferenciado para aqueles que ganham menos. Só para estabelecer, mais ou menos o foco, que é um pouco do que aplicamos lá em Londrina, não podemos aplicar percentuais, recorreremos aos abonos.

Eu sei que os sindicatos nem sempre gostam de trabalhar esta questão, mas é uma saída importante.

O SR. HERON ARZUA

Com os abonos você evita o pagamento para os inativos.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Impacta menos a Previdência, que por si só esta questão da Previdência, que também está aqui no relatório, mereceria um debate. Mas, como é um debate acalorado, Dr. Heron, se o Estado está com muita dificuldade ou está num mar de rosas, a posição deste deputado é que este Estado está caminhando, com esforço, com austeridade fiscal, com as medidas de contingenciamento necessárias, mas que o Estado está numa situação de normalidade. Nem devendo mais que outros Estados, que estão absolutamente inviabilizados - inviabilizados, não, mas que têm dificuldades enormes, como é o caso de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, que estão com dificuldades enormes e por isso recorreram ao Governo Federal na questão da Previdência, tentando inclusive estabelecer tetos menores que estes que estão estabelecidos na Reforma.

O que "salta aos olhos" com relação ao SIAF e é a pergunta que lhe faço, elogiando o seu trabalho e o do Dr. Vieira com relação à arrecadação, tivemos um problema em maio, mas as informações que temos dos municípios é que a média está um pouco superior à do primeiro quadrimestre do ano passado, mas até por isso vemos receitas correntes, a realização de 37,84%, um pouquinho mais e todos os índices importantes de receitas, realizarão em torno de 33, 34, 35% para fazer uma média de 34,14. Ou seja, se é um quadrimestre multiplicado por três, teremos 100% pouco mais, pouco menos, dependendo da sanzonalidade de IPVA e outros impostos que terão incremento ao longo do ano.

Com relação aos investimentos e às despesas, vemos a realização de 28% que seria mais ou menos esse superávit, com esse valor. Mas, dentro dessas despesas, destacamos a questão dos investimentos: despesas com pessoal, 33% despesas dos encargos à dívida, 37%; outras despesas correntes, 29%, mas, quando chega em investimentos Dr. Heron, nós temos 3,06; despesas de capital, 11,73, mas investimentos, 3,06%.

Tem um detalhamento disso ao longo das informações do SIAF.

A questão que faço é exatamente essa, que nós temos e aí não tem essa questão de quem é Oposição,

quem é Situação, faço parte da base do Governo, elogio a postura da Receita, acho que o senhor, como todos os deputados consensuam aqui, tem um trabalho sério, a Receita muito austera, ética. Isso é importante para o incremento da arrecadação ao longo do tempo, mas nós teríamos portanto, um fôlego, do ponto de vista dos investimentos, e falo aqui, acredito, em nome de todos os deputados, que vêm nas suas bases eleitorais uma angústia muito grande dos prefeitos em relação ao cumprimento de alguns, sejam convênios realizados, obras previstas no orçamento, alguns deputados que eram de outra legislatura, não é o caso deste deputado, na realização de algumas emendas, enfim questões que perpassam também pela questão política.

Então, a questão que coloco como é que estaria o descontingenciamento desses investimentos? Acho que é o maior interesse.

Uma pergunta específica sobre o Fundo da Infância e da Adolescência, que prevê que teríamos como saldo em torno de quatorze milhões, que é uma área delicada, uma área que temos atuação, muitos deputados têm atuação, meu partido está em uma Secretaria que tem lá nessa fonte uma fonte importante para financiar ações com relação à infância e à adolescência e como está o contingenciamento desses fundos que, em tese, seriam fundos vinculados.

Apenas essas duas questões.

O SR. HERON ARZUA

Com relação aos fundos, V. Exa. tem idéia de dados específicos sobre o fundo, porque, é evidente que o Governo demorou um pouco a entrar com ações efetivas de investimentos, etc. A minha preocupação é que tenha sobrado muito pouco dinheiro para investimento, até porque quando nós nos programamos para alguns investimentos como: estradas, restaurações, etc, temos uma liminar a cumprir e não sabemos como é que isso está acontecendo.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Qual liminar, desculpe?

O SR. HERON ARZUA

Liminar de pagamento de precatórios; liminar de pessoas que têm direito assegurado e não receberam e outras ações, inclusive impetradas por municípios, que teoricamente teriam direito.

A área social é área prioritária do Governo. Tenho a impressão que o contingenciamento que fizemos não atinge esses fundos; nós fizemos um contingenciamento só de despesas de custeio porque o governador quer economizar em custeio para aplicar em saúde. Claro que o fundo também tem saúde.

O SR. NESTOR BUENO

O fundo é administrado, nós só passamos o recurso que é administrado pela própria Secretaria, através do IASP.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Desculpe, por orientação do deputado Ângelo Vanhoni, no IASP nós teríamos onze milhões oitocentos e noventa e três, na FIA que seria administrado em tese não pela Secretaria, mas pelo conselho da Criança e do Adolescente. Por deliberação do conselho, em torno de quatorze milhões, seiscentos e sessenta e seis. Daí teriam outros fundos, mas me restrinjo a esses dois, porque a nossa bancada do PT, recebeu por esses dias os membros do governo dessa área, exatamente com essa dificuldade.

Então, estamos aqui falando se estão contingenciados e se há possibilidade de descontingenciá-los à medida em que passamos essa fase da moratória, que inclusive atingiu esses recursos.

O SR. HERON ARZUA

A moratória foi ampla, geral e irrestrita. Atingiu a todos. Não só o pessoal do Tesouro, mas também esses fundos autônomos, os próprios secretários seguraram tudo isso, mas agora estamos em um regime de normalidade.

Nessas áreas que V. Exa. citou, não há nenhuma restrição. São áreas prioritárias, e todo o dinheiro que disponibilizamos, encaminha para essa área. Tenho a impressão que o padre Roque não deve estar muito infeliz lá, porque o temos atendido em todas as suas solicitações.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Perguntei com relação aos investimentos. Um dos que V. Exa citou, só para complementar, é a questão dos transportes. A recuperação das estradas não pedagiadas, naturalmente. Há uma previsão no orçamento de quatrocentos e quarenta e dois milhões de reais. E a realização, lógico, por conta deste contingenciamento, a realização de 0,2% de vinte e três milhões.

Essas ações judiciais estão inviabilizando a liberação desses investimentos?

O SR. HERON ARZUA

O que ela inviabiliza é a tua programação. Você tem um cronograma de desembolso, o dinheiro está contadinho. Nós fizemos outro dia um cálculo que sobrariam uns vinte milhões por mês, só, para investimento, em função das despesas.

Há uma preocupação de que não consigamos cumprir o orçamento porque em algumas rubricas foram previstos alguns recursos que não vão ser realizados.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Há exemplos mais gritantes? Por exemplo, da Serlopar não vai se realizar metade?

O SR. HERON ARZUA

Eu tinha pedido que viesse comigo à Secretaria do Planejamento e ela me ligou 5 minutos antes porque queria manifestar essa preocupação. Ela tem mais ou menos os dados concretos que inviabilizariam alguns desses investimentos previstos no orçamento porque algumas rubricas nós não vamos conseguir realizar.

Eu temo muito, por exemplo, desse empréstimo da Sanepar, de duzentos milhões. Há uma discussão muito grande, o banco japonês está um pouco reticente. Isso tudo afetaria de forma indelével ao nosso orçamento. Mas, não sei responder objetivamente a sua pergunta.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Eu tinha uma questão das verbas da Saúde, até mais ou menos nessa ótica dessas questões. Até tínhamos sugerido na Comissão de Orçamento, que recebêssemos a Dra. Eleonora, exatamente para debater as questões orçamentárias.

O SR. HERON ARZUA

Acho que isso vai ter que ser feito, deputado. Ela viria aqui comigo hoje, porque o orçamento vai ter que sofrer alguns reajustes muito sérios. Há uma preocupação nossa que no orçamento de pessoal com os níveis de hoje, de pagamento, nós não tenhamos verba orçamentária para chegar até o final do ano. Houve algum atrapalho na formulação do ano passado, nesta verba. Outro dia, ela me passou esse dado e eu até fico assustado. Se não fizer nada, nós chegamos no fim do ano sem saldo orçamentário para pagar a folha de pessoal!

Nós chegamos no final do ano sem saldo orçamentário para pagar a folha de pessoal. Tomara que não tenhamos que fazer igual aos outros Estados, que pularam no mês de dezembro para o dia 2, para limpar. Acho que caberia, sim, uma discussão.

Temos alguns impactos de leis que foram votadas, de pessoal do ano passado que estamos implantando; isso tem causado algum custo adicional. Mas o fundamental é como V. Exa. diz, o governador está muito preocupado com as bases iniciais do Estado. Hoje a tabela do Estado começa com 202, 203, menos que o salário mínimo. O Paraná está numa situação difícil, mesmo!

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados, é só para manifestar a minha tranquilidade com relação à equipe que dirige a Fazenda do Estado do Paraná.

O Dr. Heron Arzua, o Dr. Nestor Bueno e seus comandados, dão aos paranaenses a certeza de que a felicidade do povo vem da virtude dos seus dirigentes, a felicidade do povo vem da virtude dos governantes e nós vemos uma prova disso na intocabilidade dos recursos do Fundef, dos recursos do salário-educação e dos recursos dos convênios e dos programas estaduais.

Acho que a Fazenda Estadual está de parabéns, pelo relatório apresentado a este Plenário. O Paraná e os

paranaenses, se Deus quiser, apesar das dificuldades demonstradas, apenas das apreensões manifestas pelo senhor secretário da Fazenda, não de chegar a bom termo neste seu ano, que é o do sesquicentenário da emancipação política, e o governador Roberto Requião há de completar o seu mandato com uma obra restauradora das finanças do Estado e, com certeza, há de realizar um excelente governo.

Eu conheço o Dr. Nestor Bueno e o Dr. Heron Arzua da nossa Prefeitura de Curitiba, onde realizaram, o Dr. Nestor, carreira admirável de servidor público municipal, e o Dr. Heron Arzua, obra admirável como secretário de Finanças Públicas do município.

Acho que um e outro ao deixarem a iniciativa privada, onde estavam, para servir ao povo do Paraná, vão dar aos paranaenses a necessária tranquilidade. Sinto-me muito tranquilo ao ver as finanças do Estado, felizmente, bem dirigidas.

E era isso que eu queria manifestar, neste momento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu até estaria inscrito, mas nessa questão de ordem quero pedir que V. Exa. cancele minha inscrição porque me sinto contemplado, na minha intervenção, nas palavras do deputado Rafael Greca, pela administração e pelo reconhecimento que tenho à competência do Dr. Heron Arzua, que aliás muitos Estados da Federação gostariam de ter uma figura tão ilustre, tão honesta, tão séria e tão competente numa Pasta tão importante como a Fazenda.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, nosso secretário Heron Arzua. É com muita satisfação que o vemos respondendo às perguntas dos deputados com a tranquilidade e a sinceridade que há muito não encontrávamos.

A questão de Estado deve ser tratada com transparência, com franqueza, franqueza até angelical de dizer: “não sei, não é da minha Pasta. Não é minha atribuição isso que V. Exa. pergunta.

Acho que com esta relação de franqueza, de sinceridade, é que nós vamos construir uma administração pró-Paraná, uma administração que, ao final, possamos dizer que cumprimos o papel, tanto do Executivo, como também dos próprios parlamentares.

Cumprimento o Dr. Nestor, o César e toda a equipe que acompanha V. Exa.

Só gostaria, ainda, e aproveito o deputado Elio Rusch estar presente, na questão dos precatórios. Nós falamos muito a respeito do endividamento do Estado, que o Estado não estava conseguindo financiar as suas obrigações nos últimos oito anos. E quando dizíamos em audiências como esta em que aqui estiveram os outros dois secretários, dizíamos dos desencontros dos números, que os números não batiam, porque sabíamos que a

dívida do Estado não era de 6, de 7, de 8, mas era de 12, até de 20.

E aqui o precatório vem trazer essa realidade, materializa, até pelos quadros que o Dr. Nestor disponibilizou aos senhores deputados, traz, dá para acompanhar. E aqui, vamos ver que precatórios exigíveis, não tem nenhum até 1995! Os precatórios no valor de 7 bilhões e 406 milhões, eles são exigíveis a partir de 1996. Por quê? Porque o Estado não os resgatou a tempo, porque os anteriores, não temos nenhum anterior, aqui, da exigibilidade. Temos da inscrição, mas da exigibilidade, não.

Então, o que o deputado Elio Rusch salientou é de que os precatórios são anteriores. Sim. Mas eles não estavam constituídos com exigibilidade do Estado, e por isso, grande parte desses 7 bilhões, são, sim, dos 8 anos de governo.

Outra questão. Não consegui entender bem a dívida do BID. O governo não resgatou, não saldou em dezembro a dívida junto aos organismos internacionais?

O SR. HERON ARZUA

Não foi junto à União, não foi?

O SR. NESTOR BUENO

Era do BID e do Banco Central, a dívida era referente ao Banco do Estado, que venceu no dia 8 de dezembro. E, já no início de janeiro, nós recebemos o expediente do Banco Central de que se ela não fosse recolhida imediatamente seria bloqueado o ICMS.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Outra questão, as ações da Copel que foram dadas em garantia à operação aos títulos podres, como é que está? Ela vence quando?

O SR. HERON ARZUA

Não tenho essa informação. O senhor tem, Dr. Nestor? O Dr. Nestor participou lá do final do Banestado.

O SR. NESTOR BUENO

Vence em três anos. A primeira prestação começou em janeiro - evidentemente nós não pagamos, ainda - com o prazo de 30 meses, e está na ordem hoje de 300 milhões corrigidos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Trezentos milhões, que nós vamos resgatar em 30 meses. Dá uma média de 10 milhões ao mês!

O SR. NESTOR BUENO

Se tivéssemos que pagar a prestação desta dívida e mais do CRC para a Copel - que está atrasado desde agosto do ano passado - o nosso serviço da dívida atingiria aproximadamente 130 milhões de

reais por mês. Nesses meses normais, com exceção de abril e setembro.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas aí não passa dos valores estabelecidos. Já estão passando, porque é 11,5, não é?

O SR. NESTOR BUENO

É por isso que nós não temos mais capacidade para realizar empréstimo, porque não podemos pagá-los. Temos capacidade de endividamento, mas não temos capacidade de pagamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Aqui, bem vê o Estado, que não é o Estado que entregaram no dia 1º de janeiro.

Aqui está a verdadeira radiografia do Estado que entregaram. Um Estado que, apesar de ter capacidade de endividamento, não tem capacidade de contratação dos empréstimos!

Eram estas as questões que gostaria de fazer. E gostaria de agradecer à equipe da Secretaria da Fazenda, que cumpre aqui o preceito legal e traz com clareza de transparência as informações que ocorreram no último quadrimestre.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só gostaria de fazer uma pergunta.

Recebemos um quadro da programação financeira do Estado do Paraná de janeiro a maio de 2003. Aqui, temos o total arrecadado em janeiro, fevereiro, março, abril, inclusive em maio, num total de dois bilhões e seiscentos e setenta e oito milhões de reais. Somando, só de janeiro a abril, que seria o F-2, teríamos uma receita de dois bilhões, cento e trinta e nove milhões de reais.

Mas, temos outro anexo que fala do relatório resumido da execução orçamentária, que diz da receita corrente líquida, receitas fiscais correntes, receita de capital e diz que só na receita tributária, só de ICMS, temos uma receita de dois bilhões, duzentos e vinte e um milhões de reais.

Quer dizer, só de ICMS, de janeiro a abril, conforme esse quadro, temos uma receita de dois bilhões e duzentos milhões de reais?

Só para que eu possa entender. O próprio secretário, Dr. Heron, colocou que esses números são complicados.

O SR. HERON ARZUA

Até gostaria que o senhor passasse lá uns dias comigo na Secretaria da Fazenda. Conforme o órgão que lhe manda a informação, é um número.

A Receita do Estado me manda um número e diz: “é receita orçamentária”. Depois vem uma outra página e diz: “caixa”. Aí a despesa diz: “Não, o número não é bem esse, é outro”. Então, mandei fazer quadro de tudo que é jeito.

Outra coisa: um quadro vem corrigido. Corrigido de cinco dias! Outro quadro vem valor nominal. Não é fácil!

O SR. ELIO RUSCH

Mas, secretário, os números são muito diferentes, porque só de ICMS, nesse quadro, é dois bilhões e duzentos.

O SR. HERON ARZUA

Isso não tem!

O SR. ELIO RUSCH

Mas estão aqui os números!

O SR. HERON ARZUA

Não, isso não tem, isso tem explicação!

O DR. NESTOR BUENO

Essa é a receita bruta de ICMS; não foi tirado os 25% dos municípios. O senhor não tirou os 25% dos municípios! Tem 25% para os municípios e tem mais 15% para o Fundef. Pronto.

O SR. ELIO RUSCH

Então, deste quadro tenho que deduzir...

O SR. NESTOR BUENO

Nesse quadro está bem grande em cima: RECEITA ORÇAMENTÁRIA E RECEITA BRUTA. Temos quatro tipo de receita hoje, e tivemos que implantar mais uma, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal que é a receita fiscal líquida, que não se falava muito nela. Hoje temos a orçamentária, a corrente, a líquida e a fiscal líquida.

O SR. ELIO RUSCH

Mas aqui pela planilha que tem, é a receita fiscal líquida e não fala bruta, inclusive fala demonstrativo, resultado primário.

O SR. NESTOR BUENO

Exatamente. A receita fiscal líquida é uma, a receita líquida é outra.

O SR. HERON ARZUA

A receita fiscal líquida é menos a questão do resultado dos investimentos que se tem que tirar. Até um mês atrás, quinze dias atrás, estava trabalhando com a receita do Estado, bruta, sem tirar os 25% dos municípios.

Foi uma surpresa para mim quando eu verifiquei que aquela que eu achava que era a receita minha, não era. Por quê? Porque na questão anterior de 91 a 94, nós trabalhávamos só com a Receita do Estado, que era bruta. A dos municípios já iam diretamente. Em 98 o Ministério da Fazenda padronizou isso e disse, não, o Estado tem que contabilizar também o ICMS dos

municípios o que, ao meu ver, é um erro, porque a Constituição diz: Cabe aos municípios, 25% do ICMS, essa é a dificuldade. Uma hora é líquida e depois veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe novos conceitos de receita. Essa Receita Fiscal líquida, perguntei o que era isso ontem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encerrarmos, o professor José Lemos.

O SR. JOSÉ LEMOS

Quero cumprimentar o secretário Heron e sua equipe.

Temos grande admiração e respeito pela seriedade com que tem conduzido a Secretaria da Fazenda, os deputados presentes e os demais participantes dessa audiência pública.

Preocupa-me bastante, o investimento na Educação Básica. De 99 a 2002, este dispositivo constitucional de 25% da Educação Básica, não foi observado. Nós debatemos com o governador Roberto Requião quando candidato, assumiu um compromisso conosco com o povo do Paraná, de aplicação dos 25% constitucionais, no mínimo da receita estadual do financiamento da Educação Básica.

Então, isso nós queremos que o Estado observe nesta gestão, e que a interpretação dos técnicos da Fazenda mude, e fique com a interpretação do governador do Estado, que é a interpretação de vários juristas, inclusive aqui do Estado do Paraná, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Se isto se efetivar, nós retiraremos desse cálculo o ensino superior. Entendemos a importância de investimentos no Ensino Superior, mas os 25% determinado pelo artigo 208, 212 da Constituição Federal, deve ser aplicado na Educação Básica. Com isto, nós teremos recursos suficientes para atender à demanda da Educação Básica ou seja, aprovar o novo Plano de Carreira para a Educação Básica, que será o primeiro Plano, - nós não temos até hoje. E, também reajustar os nossos salários.

Portanto, quando está sobrando 170 milhões, que está em caixa, mais de 170 milhões do dinheiro do Fundef e também do salário educação, quero dizer que, em, torno de 90 milhões é do Fundef, e já sobrava isso em dezembro, quase 47 milhões, contrariando a Lei nº 9424, que determina que tem que ser aplicada no exercício. E se soma a mais quarenta e tantos milhões agora.

Então, há recursos na Educação. E desse recurso deve ser determinado no mínimo 60% do dinheiro do Fundef, para o salário dos professores da Educação Básica. No ano passado isso não foi observado; ficou abaixo, ferindo inclusive a legislação federal.

Então, há recursos na Educação, e se ficarmos com os 25% determinados pela Constituição e também pelo entendimento do governador Roberto Requião, nós tere-

mos o aporte necessário para trazer a paz para a Educação Básica do Estado do Paraná.

Portanto, é um apelo que fazemos, nós observamos aqui a fala do Dr. Nestor, de que com os concursos públicos vai aumentar os gastos com a Educação. Não é assim que nós entendemos.

Por quê? Porque os professores já estão na escola, são contratados pelo Regime CLT, serão substituídos por contratos do Regime Estatutário, que aliás, vai ficar mais barato para o Estado do que estar pagando hoje em torno de 600 reais por mês para um professor CLT, vai pagar 385 e vai deixar de recolher por exemplo, Fundo de Garantia. E vai deixar de recolher INSS também.

Então vai ficar mais barato para o Estado, inclusive, quando se faz concurso público no regime estatutário na Educação. E o quadro mais pobre do Paraná é o da Educação.

O quadro geral, quero informar aqui, não existe mais. O ano passado, dia 05 de julho, foi aprovado nesta Casa o QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo, que congrega todos os servidores que eram do quadro geral. E também todos os servidores do Estado têm sindicatos. Inclusive, vários destes que estão no QPP são da Educação, trabalham nas escolas como funcionários.

Portanto, no quadro QPP, que é um quadro próximo do quadro da Educação, hoje remunera os servidores do Estado com curso superior, bem mais do que o quadro QPM, que é o Quadro Próprio do Magistério. De modo que nós ingressamos no Estado com 385 reais e fechamos carreira com 721 reais por padrão, dobrando isto dá 1.440, ao final de 30 anos de serviço. É menor que o ingresso de um outro servidor do Estado, que ingressa com 1.525 reais e fecha a carreira com 6.371 reais. É importante deixar isto registrado.

Então, houve uma correção aí e algumas arestas para aparar neste QPP, que são aqueles servidores que têm ensino fundamental, inferior ao salário mínimo, hoje. Estão na Educação, inclusive. A maioria deles está na Educação.

Então, queremos registrar isto e solicitar ao secretário da Fazenda, a exemplo do que fez o deputado Stica, uma conversa para que possamos, junto com o o DIEESE, conversar e debater este tema do investimento na educação pública de ensino básico e também condições para reajustar nossos salários.

O SR. HERON ARZUA

Está anotado. Só para lembrar o seguinte: você já esteve lá com o secretário? Você é aquele amigo do César, não é? Ele não é teu amigo, César?

O SR. CÉSAR

Não, é outro professor.

O SR. ERON ARZUA

O que eu posso dizer a você é o seguinte: os dados estão totalmente abertos. Passa-se uma aflição pela

espinha quando se fala em magistério, porque outro dia fizemos um cálculo, são 60 mil professores, alguém brincou: se der 100 reais de abono, quanto é que custa para nós? E eu não tenho nenhuma prevenção! Meu pai foi professor. Minha mãe foi professora. E eu fui professor; meus pais foram professores primários. Então, tenho o maior carinho com a classe, porque sempre vivi junto.

Agora, eu e o Dr. Nestor, que temos longa carreira na Fazenda, sempre nos assustou a questão da Educação, desde a Prefeitura de Curitiba. Quando nós íamos conversar com o pessoal da Educação, era um susto, e quem foi prefeito sabe disso, porque quando vai tratar com a Educação, os números são gigantescos.

Então, o que quero dizer é o seguinte: se há coisa que o governador Roberto Requião quer é a questão da Educação. Se você fizer um retrospectivo do seu governo anterior, verá que foi a classe que mais recebeu - não digo aumento, era mais uma correção - sempre na frente, sempre prestigiados. Acho que até porque o irmão dele é o secretário da Educação.

Vocês têm que estar vigilantes! Podemos discutir os números, não tem problema nenhum, mas acho que vocês têm o amparo do governo!

Eu acho isto.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Perdoe-me pela interferência, mas não poderia deixar de falar.

Nós recebemos, aqui, dias atrás, delegação oficial do Japão. Já sabíamos, por leitura, mas nos deu dados, de que o Japão, depois da 2ª Guerra, investiu 50% de todo o orçamento na Educação. E é só por isso que o Japão se tornou uma grande potência, porque radicalizou no investimento da Educação! Claro que nós não temos esta condição de radicalizar de tal maneira, mas, eu reforço o apelo do presidente da APP para que o governador Requião e V. Sa. nos ajudem a cumprir, no mínimo, as promessas do governador, porque nós estaremos dando o primeiro passo de uma série que vamos ter que dar.

E o Brasil, não só o Paraná, mas o Brasil, se quiser crescer e se tornar um país do 1º Mundo, vai ter que radicalizar nos investimentos da Educação. É um passo tímido, mas é um...

O SR. HERON ARZUA

50% só no ensino básico ou no universitário, também?

O SR. NATÁLIO STICA

50% de todo o orçamento do Japão vai para Educação do Japão.

O SR. HERON ARZUA

Mas abrange o sistema universitário?

O SR. NATÁLIO STICA

Eu acredito que sim, não tenho esse detalhe, mas são 50%...

O SR. HERON ARZUA

É porque eu tenho visto no Confaz o confronto da Educação do Paraná com os demais estados e fico estupefato, porque só no Paraná que tem universidade pública estadual, nos outros Estados as universidades todas são federais.

O SR. NATÁLIO STICA

Aliás, é um erro... o exemplo de Minas e Paraná é gritante!

O SR. HERON ARZUA

E nós, penso que se houvesse um esforço nessa direção, poderíamos...

O SR. NATÁLIO STICA

Falei da esfera federal, inclusive, não estou criticando o nosso governo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sr. José Lemos mais algum questionamento ao secretário?

O SR. JOSÉ LEMOS

Exato.

Secretário, de fato, quando analisamos a educação, o número é assustador, porque somos 51, quase 52% dos servidores do Estado, mas quando você olha a folha de pagamento, nós ficamos na margem de 20%. Então, não ficamos com 50% da folha de pagamento porque somos um quadro muito pobre.

Nós já fomos o Estado que pagou o maior salário na educação básica, hoje estamos em vigésimo lugar. Se o Paraná se situasse no Nordeste, estaria em sétimo lugar, perdendo para Alagoas, para vários Estados.

No Estado do Paraná sempre lutávamos para sair do município para trabalhar na rede estadual; hoje o movimento é o inverso, saímos da rede estadual procurando um concurso na rede municipal, porque os municípios do Paraná, em geral, estão pagando mais do que o Estado. Então, é urgente atender o clamor da Educação e ficando somente 25% da educação básica.

O Rio Grande do Sul, na Constituição de lá, no artigo 202, determina 35% na educação básica. Eles lá têm o mesmo número de alunos que o Paraná tem na rede estadual e no ano passado, só na folha de pagamento dos professores do Rio Grande do Sul, foi dispensado dois bilhões, em torno de dois bilhões; o Paraná, em torno de novecentos milhões para o mesmo número de estudantes que o Rio Grande do Sul, tem!

Portanto, é urgente que fiquemos pelo menos com o mínimo que estabelece a Constituição Federal e a Constituição do Estado e que o governador tenha aqui também, no seu entendimento, e aí nós teremos paz no magistério.

O SR. HERON ARZUA

O Rio Grande do Sul não é um bom exemplo em termos de finanças; eles estão literalmente quebrados, com dificuldades orçamentária, não estão pagando as dívidas, tomara que não seja pela Educação.

O SR. JOSÉ LEMOS

Secretário, não é pela educação, porque a educação lá tem dado um índice de desenvolvimento humano àquele Estado brilhante. É o Estado que fica em primeiro lugar na Federação e quando é comparado o nosso Estado com o Rio Grande do Sul, o próprio governador achou um absurdo os dados que há poucos dias ele mesmo denunciou.

A Educação, portanto, aporta 16% a mais a cada ano de estudo que tem o trabalhador brasileiro, dados do IBGE, cada ano a mais de escolaridade dá-lhe um rendimento anual de 16% a mais. Então, estamos interessados nesse debate, queremos aprofundar e que os recursos da educação sejam destinados para educação no mínimo que estabelece a lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhor secretário Heron, senhor Nestor, os nossos técnicos da Secretaria que estão também ajudando neste trabalho da audiência pública.

Eu tendo a concordar com o presidente da APP. O país e o Paraná só têm uma solução para as nossas vidas, se entendermos que a educação pode mudar a realidade não só de cada um de nós, mas como a realidade social que vivemos. Ter a educação como prioridade é fundamental para qualquer Governo em qualquer lugar do mundo. Nós só mudaremos a realidade através do conhecimento; conhecer é mudar a realidade.

Tenho certeza que ao longo desses trezentos e sessenta e cinco dias, meu caro Lemos, o governo do Estado do Paraná vai cumprir a intenção que o Nestor deixou aqui na Assembleia Legislativa, não apenas os 25% do que prevê a Constituição do nosso País, mas sem sombra de dúvida, pelo que conhecemos do governo do Estado, dos princípios programáticos do PMDB, do governador Roberto Requião. A educação pública no Paraná, não tenha dúvida, vai ultrapassar o limite constitucional, porque o governo sabe que a educação deve ser prioridade de vida na nossa sociedade e do nosso país.

Este quadro do Paraná em relação aos outros Estados não é em função do atual governo e nem tampouco do governo que passou.

As dificuldades foram crescendo. Nós investimos, somente na dívida do Banco do Estado do Paraná, quarenta e cinco milhões de reais/mês. Se este dinheiro pudesse ser canalizado para a educação pública no Paraná, você pode ter certeza, estaríamos hoje como o melhor Estado do País em relação às condições de trabalho e de vida dos professores de todo o Brasil. O governo está ciente das suas responsabilidades.

Quero parabenizar o secretário pela forma tranquila e elegante com que trouxe a discussão a respeito dos números do Estado. Quero dar os parabéns à Secretaria como um todo.

Nós aqui sabemos que o governo do Paraná está fazendo um esforço neste ano para fazer a recuperação da sua capacidade financeira, que para nos próximos três anos nós possamos fazer do Estado, não apenas um regulador da vida na sociedade, mas que ele possa ajudar e ser um grande fomentador do desenvolvimento econômico e social do nosso povo.

São esses princípios que norteiam a ação do governador e do programa do seu partido e do qual outros partidos, como o nosso comungam, e estão contribuindo para esta gestão.

Então, só temos hoje aqui de registrar o orgulho dos deputados estaduais pela forma com que a Secretaria das Finanças vem conduzindo a política financeira do Estado do Paraná.

Quero também hoje agradecer os deputados que fazem parte daquela Oposição ao nosso governo, que têm exercitado a crítica a respeito de pontos da administração do nosso Estado, do nosso governo. Seja do ponto de vista do mérito, das ações programáticas que o governo vem fazendo, seja do ponto de vista das críticas, da condução de algumas determinadas questões em relação ao Estado.

Os deputados estaduais que fazem parte do Bloco de Oposição, têm contribuído respeitavelmente com críticas, tanto da conduta em alguns programas, quanto das questões como são colocadas pelo governo. Recebemos as críticas como um benefício para que nos alerte e possa, se necessário, corrigir rumos.

Deixo aqui, de público, o nosso carinhoso agradecimento com a forma respeitosa como hoje trataram das questões nesta audiência pública, aqui na Assembleia Legislativa.

Ao secretário Heron, o nosso abraço, o nosso mais profundo respeito pela condução que o senhor vem trazendo na Secretaria das Finanças.

Em nome dos deputados estaduais, deixo ao senhor um abraço forte e seja sempre bem-vindo aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o secretário, Dr. Heron Arzua, Dr. Nestor, todos os técnicos da Secretaria da Fazenda

que propiciaram essa exposição à Assembléia Legislativa e a todos os paranaenses. Cumprimentá-lo, Dr. Heron, mais uma vez, pela maneira transparente, honesta, com que o senhor se dirigiu à Assembléia Legislativa.

Agradecer as palavras do líder do governo, nosso querido amigo Ângelo Vanhoni que reconhece na Oposição, pequena, é verdade, mas que tem tratado as questões do Paraná com muito respeito. E não poderia ser diferente nesta manhã. Temos aqui o privilégio de receber o Dr. Heron todos os seus assessores e não poderíamos agir de outra forma. Respeitosa, mesmo havendo algumas contradições, tenho certeza que elas poderão ser esclarecidas, porque em momento algum há má fé ou desinformação deliberada. São simplesmente consequências das mudanças que são naturais em todo início de governo.

Agradeço ao Dr. Heron, ao presidente da Assembléia Legislativa, agradeço as suas palavras também e tenha certeza, deputado Vanhoni, nós vamos procurar, se Deus nos permitir, nos próximos quatro anos, sempre conduzir as nossas críticas, não ao Governo, não sendo Oposição pelo gosto de ser, mas serão críticas sempre no intuito de tentar colaborar para que o Paraná seja, como sempre foi, na questão administrativa e na questão financeira, muito bem administrativo.

É o que eu sempre falo, não só o governador Roberto Requião, mas todos os governadores que o Paraná teve, na sua história recente graças à competência de seus secretários da Fazenda, sempre foi muito bem administrado financeiramente.

Por isso, como disse o secretário, comparando-se a outros Estados da Federação, o Paraná se encontra, apesar de todas as dificuldades, numa situação extremamente

privilegiada, graças à seriedade e competência na condução da causa pública, na questão financeira e administrativa. Mérito dos governadores que antecederam o Governador Roberto Requião inclusive a ele que já foi governador do Paraná também à austeridade administrativa e financeira que os secretários da Fazenda, nos últimos anos, têm efetivamente imprimido à frente da secretaria.

Muito obrigado e parabéns, secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ao encerrarmos esta audiência pública sobre a lei de Responsabilidade Fiscal, queremos agradecer ao nosso secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, ao diretor geral, Dr. Nestor Bueno, a todos os funcionários da Secretaria da Fazenda, pela forma que foi conduzida esta audiência pública, inclusive eu acho que foi a primeira vez, na história e uma audiência pública que nós concedemos o horário para quem não é parlamentar desta Casa. Isso demonstra realmente a vontade da Assembléia do Paraná em ser a casa de todos os paranaenses.

Heron, muito obrigado Nestor, obrigado, Foi uma grande satisfação recebê-los hoje na Assembléia Legislativa do Paraná.

Está encerrada a Sessão.

Quero também convocar os senhores deputados para uma Sessão Especial, logo mais às 14h30, Sessão requerida pela deputada Luciana Rafagnin, para serem ouvidos nesta Casa a Fetrape Sul e a Sociedade Rural de Palmeiras, para explanarem sobre a taxa confederativa, ou seja a taxa de contribuição sindical. Esse requerimento foi aprovado no dia 27 de maio.

Levanta-se a Sessão.